

Dossiê:

TRANSDISCIPLINARIDADE EM PSICOLOGIA: AS PSICOLOGIAS E SEUS CONTEXTOS

Organizadores

**Augusto Cesar Soares da Cunha
Gênesis Guimarães Soares**

 EDITORA
PEIXE AZUL

Organizadores

Augusto César Soares da Cunha
Gênesis Guimarães Soares

TRANSDISCIPLINARIDADE EM PSICOLOGIA: AS PSICOLOGIAS E SEUS CONTEXTOS

1ª Edição

Jaboatão dos Guararapes - PE - Brasil

2021



© 2021, Editora Peixe Azul

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração, Diagramação e Capa: Isaac Ferreira Cavalcante

Parecer ad hoc: Comitê Editorial

Revisão: Autores e Organizadores

ISBN 978-65-994958-2-3

DOI: [10.5281/zenodo.5150861](https://doi.org/10.5281/zenodo.5150861)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dossiê [livro eletrônico] : transdisciplinaridade em psicologia : as psicologias e seus contextos / organizadores Augusto César Soares da Cunha, Gênesis Guimarães Soares. -- 1. ed. -- Jaboatão dos Guararapes, PE : Editora Peixe Azul, 2021.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-994958-2-3

1. Interdisciplinaridade 2. Psicologia I. Cunha, Augusto César Soares da. II. Soares, Gênesis Guimarães.

21-73864

CDD-150

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia 150

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo abnt, adequação técnica e linguística.

Editora Peixe Azul

Editor Chefe

Prof.º Me. Isaac Ferreira Cavalcante

Conselho Editorial

Dr.º Adilson Tadeu Basquerote Silva
Universidade de Lisboa, Portugal

Ma. Bruna Karine Nelson Mesquita
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Dra. (c) Cristiane Lourenço Teixeira Meireles
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dr.º (c) Francisco Anderson Carvalho de Lima
Universidade Federal do Ceará (Brasil)

Me. (c) Gênesis Guimarães Soares
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Brasil

Me. Isaac Ferreira Cavalcante
Universidade Federal do Piauí, Brasil
Universidad Internacional de Andalucía, España

Dra. (c) Jacinta Francisco Dias
Universidade Federal da Bahia, Brasil
Universidade Pedagógica de Maputo,
Moçambique

Dr.º (c) Lucas Loureiro Leite
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Doutorando: Marcelo Pereira Souza
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Dr.º (c) Pedro Panhoca da Silva
Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil

Dra. Rosa Maria Rigo
Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande
do Sul, Brasil
Universidade Aberta, Portugal

Dr.º (c) Rodrigo Fernando Gallo
Universidade Federal do ABC, Brasil

Dra. Rafaela Araújo Jordão Rigaud Peixoto
Pontifícia Universidade Católica de Rio de
Janeiro, Brasil
Hampton University, Estados Unidos

Ma. (c) Vladia Luna Torres Herrera
Universidade Federal da Bahia, Brasil
Universidad Academia de Humanismo Cristiano,
Chile

Me. Mailson Rodrigues Oliveira
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Ma. (c) Katherin Yurema Mamani Contreras
Universidad Nacional Micaela Bastidas de
Apurímac, Perú
Associação Latinoamericana de Ciência Política,
ALACIP/JOVEN

Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior
Universidade Estadual de Campinas -
UNICAMP
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Aos leitores

A Editora Peixe Azul, tem a felicidade de trazer à comunidade acadêmica e ao público em geral a nossa terceira experiência de publicação de um dossiê acadêmico.

O Dossiê: Transdisciplinaridade em Psicologia: as Psicologias e seus contextos, que contou com a contribuição de 10 investigadoras e 3 investigadores, com formação em pós-graduação no Brasil e Estados Unidos..

Essa publicação contribui como nosso desejo de criar um espaço para a participação na criação, avaliação e difusão das investigações e experiências científicas.

Esta tem sido uma rica experiência que agradecemos aos integrantes de nosso Comitê Editorial, que dedicaram parte de seu precioso tempo para realizar as avaliações e observações sobre os artigos enviados para este Dossiê.

Também ficamos muito agradecidos à equipe de organizadores deste Dossiê, que gentilmente compartilhou ideias e avaliações que contribuíram na sua produção.

Por fim, esperamos que a Editora Peixe Azul possa servir para que a comunidade científica possa ter acesso às pesquisas e pesquisadores aqui publicados, e deixamos o convite para que cada leitor possa fazer parte da iniciativa.

Editor Chefe

SUMÁRIO

Apresentação.....8

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA SOFRIDA POR MULHERES SOB
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....11

Bruna Moreira Pinto de Sousa Barros
Thayná de Paula Pereira
Manoel de Lima Acioli Neto
DOI: [10.5281/zenodo.5150507](https://doi.org/10.5281/zenodo.5150507)

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU
COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À
DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE
LIBERTAÇÃO.....33

Thayná de Paula Pereira
Bruna Moreira Pinto de Sousa Barros
Manoel de Lima Acioli Neto
DOI: [10.5281/zenodo.5150487](https://doi.org/10.5281/zenodo.5150487)

CONEXÕES VIRTUAIS NO BRASIL E MUNDO DA PANDEMIA.....55

Anna Amélia de Faria
Juliana Maia Borges Sampaio
Natália Barreto de Mesquita
Nina Martins Guimarães
Maria Clara Reis Andrade
DOI: [10.5281/zenodo.5150858](https://doi.org/10.5281/zenodo.5150858)

PSICOLOGIA E DIREITO SOBRE A ETIOLOGIA DO TRANSTORNO
DO ESPECTRO AUTISTA.....72

Airlana Menezes Oliveira de Souza
Aimeé Ingrid Dantas Fernandes
Liliane Paes Cotrim
Liara Ingrity Celino Cunha
DOI: [10.5281/zenodo.5150463](https://doi.org/10.5281/zenodo.5150463)

PSICOTERAPIAS: TRILHAS DE PERCURSOS EM BUSCA DE
MODELOS PARA A COMPREENSÃO.....100

Augusto César Soares da Cunha
Gênesis Guimarães Soares
DOI: [10.5281/zenodo.5147393](https://doi.org/10.5281/zenodo.5147393)

APRESENTAÇÃO

A presente obra que traz como título “**TRANSDISCIPLINARIDADE EM PSICOLOGIA: AS PSICOLOGIAS E SEUS CONTEXTOS**”, apresenta como proposta fomentar a ampliação da divulgação de estudos que contribuam socialmente para o campo das políticas públicas e, sobretudo, a pensar a Psicologia enquanto uma ciência que se faz presente em diversos cenários e dialoga com muitas outras ciências. Sendo assim, buscamos evidenciar a Psicologia e suas diversas possibilidades por meio dos trabalhos que constituem esta obra, sendo estes desenvolvidos por pesquisadores a partir de distintas perspectivas.

Nesta obra reunimos 05 capítulos que traduzem diversas questões da atualidade acerca da transdisciplinaridade no campo da Psicologia, evidenciando seus contextos e suas formas de se fazer e pensar a Psicologia. Assim, os estudos que compõe esta obra, possibilitam dialogar sobre a Psicologia e seus interesses, no que tange os espaços públicos, a responsabilidade desse campo científico e o reconhecimento da sua pertinência nas agendas políticas. Neste aspecto, observa-se que cada vez mais é fundamental trazer enfoque para essas temáticas, elencando possibilidades e caminhos.

Assim, o primeiro capítulo, intitulado “**A violência simbólica sofrida por mulheres sob privação de liberdade: uma revisão de literatura**”, de autoria de Bruna Moreira Pinto de Sousa Barros, Thayná de Paula Pereira e Manoel de Lima Acioli Neto, aborda a violência simbólica sofrida por mulheres sob privação de liberdade, no que tange aos aspectos concernentes à sexualidade, danos psicológicos e constituição da subjetividade; evidenciando assim, a pertinência do Estado em instituir medidas para o cumprimento do que propõe as legislações.

O segundo capítulo, “**A inserção da psicologia na assistência social e seu compromisso ético-político com o combate à desigualdade social: Centro POP e práticas de libertação**”, de autoria de Thayná de Paula Pereira, Bruna Moreira Pinto de Sousa Barros, Manoel de Lima Acioli Neto, fomenta que a inserção da Psicologia no campo da assistência social tem compromisso ético-político no enfrentamento à desigualdade social, e assim problematizam

as transformações sociais voltadas para a população em situação de rua, de maneira que tem indicado a necessidade de avançar enquanto conscientização para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse grupo específico.

O terceiro capítulo, “**Conexões virtuais no Brasil e mundo da pandemia**”, de autoria de Anna Amélia de Faria, Juliana Maia Borges Sampaio, Natália Barreto de Mesquita, Nina Martins Guimarães, Maria Clara Reis Andrade, coloca em tese a situação atual do Brasil e as fragilidades vividas nesse período. Apresenta também reflexões acerca da saúde mental e sobre as diversas problemáticas ocasionadas neste momento delicado que perpassa a nossa história.

Sobre o quarto capítulo, “**Psicologia e direito sobre a etiologia do transtorno do espectro autista**”, de autoria de Airlana Menezes Oliveira de Souza, Liara Ingridy Celino Cunha, Aimeé Ingrid Dantas Fernandes, Liliane Paes Cotrim, apresenta questões que contribuem com a temática no que tange a refletirmos acerca das possibilidades para o atendimento no viés das políticas públicas e possibilidades enquanto via de direito para o sujeito no transtornos do espectro autista, de maneira a avançar em esferas de garantias e segurança para esse público e seus familiares.

O quinto e último capítulo, “**Psicoterapias: trilhas de percursos em busca de modelos para a compreensão**”, de autoria de Augusto Cesar Soares da Cunha e Gênesis Guimarães Soares, apresenta uma breve problematização acerca de como a Psicologia foi inicialmente pensada enquanto ciência e os caminhos que tem trilhado com o intuito de estabelecer novas matrizes filosóficas para a compreensão e explicação de fenômenos que circundam a existência humana.

Enfim, compreendemos que, através da apresentação dessa compilação de artigos, estaremos apresentando problematizações pertinentes à Psicologia e instigando o desenvolvimento de novas contribuições para o campo da Psicologia e Políticas Públicas, bem como a refletirmos acerca dos aspectos plurais que esta apresenta. Assim, a diversidade de enfoques aqui apresentados propõe possibilitar olhares horizontais com o intuito do avanço

para repensarmos o diálogo entre as áreas de atuação da Psicologia e demais áreas do conhecimento.

Aos leitores, desejamos uma “viagem em profundidade neste mar apresentado”, que os capítulos sejam fontes de reflexão, construção, descoberta e crítica. Por fim, acreditamos em uma Psicologia transformadora e transdisciplinar.

Organizadores

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA SOFRIDA POR MULHERES SOB PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

DOI: [10.5281/zenodo.5150507](https://doi.org/10.5281/zenodo.5150507)

Bruna Moreira Pinto de Sousa Barros

Psicóloga/Centro Universitário UNIFTC. Pós- graduanda em Psicologia Escolar e Educacional/Faveni. Psicóloga Clínica. brunnamoreiraa@outlook.com

Thayná de Paula Pereira

Psicóloga/Centro Universitário UNIFTC. Pós- graduanda em Psicologia Escolar e Educacional/Faveni. Psicóloga Clínica. psicologa.thaynadepaula@gmail.com

Manoel de Lima Acioli Neto

Psicólogo/Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Saúde Mental/Universidade Católica de Pernambuco. Mestre e Doutor em Psicologia/ Universidade Federal de Pernambuco (PPGPsí). Pesquisador do Laboratório de Interação Social Humana (LABINT/UFPE). Professor da Universidade Federal da Bahia (IMS/UFBA). mdlacioli@gmail.com

RESUMO

A construção do presente estudo se desenvolveu com o propósito de averiguar a violência simbólica sofrida por mulheres sob privação de liberdade, no que tange aos aspectos concernentes à sexualidade, danos psicológicos e constituição da subjetividade. Para o delineamento da perquirição foram realizadas as seguintes etapas: leitura exploratória; leitura seletiva e escolha do material pertinente ao tema abordado; leitura analítica e análise dos textos, concluindo com uma leitura interpretativa e produção escrita. Mediante aos estudos realizados, constatou-se uma precariedade no modelo punitivo vigente representado pelo encarceramento, no que concerne a ausência de uma infraestrutura adequada que atenda às necessidades do gênero feminino; tratamento inadequado por parte da equipe multiprofissional; falta de um olhar isento de julgamentos associados, principalmente, à questão de gênero, que interfere no modo como essas mulheres vivenciam a sua sexualidade, bem como a maternidade. Ademais, observou-se que a junção desses fatores pode culminar em um processo de perpetuação da violência, seja ela física, moral ou psicológica no ambiente carcerário.

Palavras-chave: Violência. Mulheres apenadas. Violência simbólica. Sistema prisional. Direitos humanos.

RESUMEN

La construcción del presente estudio se desarrolló con el propósito de investigar la violencia simbólica sufrida por mujeres bajo privación de libertad, lo que atañe los aspectos concernientes a la sexualidad, daño psicológico y constitución de la subjetividad. Para la delineación de la investigación fueron realizadas las siguientes etapas: lectura de exploración; lectura selectiva y la elección del material pertinente al tema abordado; lectura analítica y análisis de los textos, concluyendo con una lectura interpretativa y producción escrita. Mediante los estudios realizados, se constató una precariedad en el modelo punitivo actual representado por el encarcelamiento, lo que concierne la ausencia de una infraestructura adecuada que satisface las necesidades del género femenino; tratamiento inadecuado por la parte del equipo multiprofesional; falta de una mirada exenta de juicios asociados, principalmente, a las cuestiones de género, que interfiere en el modo como esas mujeres vivencian suya sexualidad, así como la maternidad. Además, se observó que la unión de estos factores pueden culminar en un proceso de perpetuación de la violencia, sea ella física, moral o psicológica en el ambiente carcelario.

Palabras-clave: Violencia; Mujeres encarceladas; Violencia simbólica; Sistema penitenciario; Derechos humanos.

INTRODUÇÃO

O artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe acerca da garantia de liberdade e igualdade em dignidade e direitos que deveria ser assegurada a quaisquer indivíduos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). Entretanto, as orientações que fazem alusão à garantia desses direitos aparentam um certo distanciamento da realidade vigente nos espaços prisionais femininos brasileiros (CARTACHO *et al.*, 2013; VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015).

Estudos evidenciam que desde o exórdio da civilização humana os crimes são, predominantemente, cometidos por pessoas do sexo masculino (ANDRADE; MACHADO, 2016). Em contrapartida a esse dado, atualmente, o Brasil ocupa a quinta posição no ranking mundial do sistema carcerário feminino (GUIMARÃES *et al.*, 2018). Sendo assim, a partir do aumento gradativo do contingente prisional desse público e dos estudos levantados, torna-se explícita a problemática da desigualdade de gênero que se evidencia através de fatores como inadequação estrutural do sistema penitenciário que não fora estudado e desenvolvido para mulheres, mas sim, para homens, objetivando atender necessidades específicas deste gênero (GUIMARÃES *et al.*, 2018; DIUANA *et al.*, 2016).

Os estudos analisados revelaram ainda que as mulheres em privação de liberdade são constantemente expostas às transgressões do âmbito prisional. A escassez de recursos infraestruturais compreendidos como fundamentais à garantia de um mínimo de dignidade para as internas ao longo do cumprimento de suas penas, testemunha a urgente necessidade de se elaborar estratégias eficazes que incitem a atenuação das repercussões propiciadas pela institucionalização (CARTACHO *et al.*, 2013; VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015).

Observou-se que, o cunho punitivo conferido à prisão existe desde a sua implementação, sendo claro o seu objetivo de tornar o encarceramento uma forma de coerção e privação de liberdade (FOUCAULT, 1987). Contudo, ainda que se compreenda as características negativas do cárcere, a ausência de soluções alternativas é ecoada através da ineficiência do modelo vigente (CARTACHO *et al.*, 2013; DIUANA *et al.*, 2016; GUIMARÃES *et al.*, 2018; VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015).

Em face do exposto, a significância desta perquirição ancora-se na análise da realidade experienciada por mulheres em privação de liberdade, visando evidenciar ações institucionais que repercutem na constituição e manutenção dos direitos humanos que devem ser assegurados constitucionalmente (VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015). Além disso, a relevância desse trabalho consiste na necessidade de se fazer conhecer o potencial adoeecedor que a institucionalização pode ser capaz de propagar através da defasagem de seus métodos coercitivos (FOUCAULT, 1987).

Nesse seguimento, para o campo da Psicologia, o tema tem uma vasta importância, uma vez que visa investigar os impactos psíquicos suscitados pela violação dos direitos humanos ao longo do cumprimento da pena judicial, no que tange aos aspectos que abarcam preconceitos, estereótipos, discriminação, exclusão, violação de direitos humanos, entre outros (SANTOS *et al.*, 2017).

Destarte, a propagação de tais estudos pode gerar um aumento no rol de informações, salientando uma improtelável necessidade de assistência por parte dos órgãos públicos, de modo que busquem um aprimoramento infraestrutural dos sistemas prisionais, bem como a facilitação do acesso aos direitos humanos básicos, que torne o ambiente carcerário mais humanizado, corroborando assim, para a construção do processo de ressocialização das apenadas posterior à liberdade (CARTACHO *et al.*, 2013; VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015).

Por esse viés, o presente trabalho versa acerca da violência simbólica sofrida por mulheres apenadas, objetivando identificar e compreender os tipos de violência e as implicações da violação de direitos humanos sobre a vida das mesmas. Nesse sentido, buscou-se identificar os danos psicológicos causados pela violência simbólica sofrida por mulheres institucionalizadas, verificar como a violência simbólica impacta na constituição da sua subjetividade, bem como examinar como se dá a vivência da sexualidade desse público.

METODOLOGIA

A presente perquirição constitui uma revisão bibliográfica narrativa acerca dos tipos de violência simbólica e as implicações da violação de direitos humanos sobre a vida de mulheres em privação de liberdade. Segundo Silva e Menezes

(2005), na revisão narrativa, “o pesquisador procura mostrar através da literatura já publicada o que já sabe sobre o tema, quais as lacunas existentes e onde se encontram os principais entraves teóricos ou metodológicos” (SILVA; MENEZES, 2005). A coleta de dados foi realizada entre o período de 01 de setembro de 2019 a 20 março de 2020.

Foram selecionados vinte artigos e duas obras clássicas literárias e aplicados critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos itens de análise. Os critérios de inclusão foram: estudos completos publicados nos periódicos científicos: Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Google Acadêmico, entre os anos de 2009 a 2019; estudos publicados em língua portuguesa; publicação disponível gratuitamente na íntegra e on-line; e capítulos de livros; outro critério estabelecido concerne aos descritores como: violência e sistema prisional, mulheres apenadas e direitos humanos, violência simbólica e encarceramento. Os critérios de exclusão foram: publicações duplicadas; estudos fora do período de publicação selecionado; estudos publicados em outras línguas, que não o português; estudos indisponíveis on-line, gratuitamente e na íntegra; e materiais que não contemplaram o tema de interesse.

Posterior à escolha dos artigos selecionados a partir de preceitos pré-definidos de inclusão, foram realizadas as seguintes etapas: leitura exploratória; leitura seletiva e escolha do material pertinente ao tema abordado; leitura analítica e análise dos textos, concluindo com uma leitura interpretativa e produção escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Objetivando uma análise minuciosa da produção científica encontrada, foram delineadas categorias que delimitaram a análise do conteúdo: 1) direitos humanos; 2) construção social do papel da figura feminina; 3) políticas de assistência à população feminina carcerária; e 4) contexto carcerário e suas mazelas.

Direitos Humanos

Consoante ao artigo primeiro, disposto na Declaração Universal dos Direitos

Humanos, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). Tal documento fragmenta-se em dois grandes eixos: direitos políticos e civis e direitos sociais e econômicos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

O primeiro abarca sobre o dever de assegurar a pessoa humana o direito à liberdade, à vida, bem como à segurança, inclusive, contra o poder estatal. Em seu artigo quinto, a Declaração também discorre sobre o direito de resguardar o ser humano da tortura e da submissão a tratamentos cruéis e indignos. O segundo eixo, pontua acerca dos direitos associados à educação, ao trabalho, estilo de vida e segurança social (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). Entretanto, os estudos consultados para a estruturação do presente trabalho evidenciam uma realidade oposta ao que é delineado como basilar para o asseguramento dos direitos humanos (CARTACHO *et al.*, 2013; VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015).

As especificações que fazem menção a garantia dos direitos humanos parecem estar distantes da realidade vigente nos espaços prisionais brasileiros femininos. Sendo assim, observa-se que, a violência não é uma realidade resultante apenas dos atos violentos propriamente ditos, mas também, da violência indireta intitulada “violência estrutural”, que diz respeito às ações executadas por estruturas políticas, econômicas ou sociais (MODESTI, 2011).

Construção social do papel da figura feminina

Visando depreender a construção do papel social da figura feminina, traçou-se um levantamento histórico do percurso empreendido por esse público, perpassando pela sua inserção na criminalidade, sua vivência no âmbito carcerário, e conseqüentemente, a violação de direitos humanos nesse contexto.

Sob esse cenário, Silva (2016) pontua acerca das modificações do papel social da figura feminina ao longo do tempo. Ele explana sobre um novo modelo socioeconômico e cultural gerido pelo capitalismo, instituído a partir do perecimento do sistema político e socioeconômico feudal, um dos responsáveis pela inserção da mulher no mercado de trabalho, submetendo-a a assumir, também, um novo papel social, atribuindo à figura feminina não só as obrigações concernentes aos cuidados

maternos e do lar, mas tornando-a responsável, também, pelo suprimento econômico parcial ou total da família. A modificação desse contexto instituiu o desenvolvimento de práticas e realizações que concedeu à mulher uma autonomia e participação social que se mantém até os dias atuais (SILVA, 2016).

Nesse seguimento, Silva (2016) propõe que, ao tempo em que fora conquistando cada vez mais espaços societários, a mulher também suscitou uma maior atenção para atividades criminais, que passaram a ser executadas com maior frequência pelo público feminino. Em decorrência das desigualdades de gênero, as atividades laborais realizadas por mulheres possuíam baixa remuneração, fato que pode ter impulsionado a intensificação do cometimento de delitos por esse grupo (SILVA, 2016).

Em conformidade com as colocações de Silva (2016), os estudos de Andrade e Machado (2016) evidenciam que, desde os primórdios da civilização humana, os crimes são majoritariamente cometidos por pessoas do sexo masculino (ANDRADE; MACHADO, 2016). Em contrapartida, Guimarães *et al.* (2018) destacam que, atualmente o Brasil ocupa a quinta posição do ranking mundial do sistema carcerário feminino, o que corresponde a 6,4% da população prisional, denotando uma crescente ampliação nos números de encarceramento de mulheres no Brasil (GUIMARÃES *et al.*, 2018).

O aumento gradativo do contingente prisional feminino tem explicitado a problemática da desigualdade de gênero que se evidencia por meio de diversos fatores, que vão desde a inapropriação estrutural do sistema penitenciário que possui características androcentristas, haja vista que fora pensado e desenvolvido para homens, visando atender necessidades específicas deste gênero; até as graves violações relacionadas à vivência da sexualidade e maternidade, danos psicológicos e constituição da subjetividade (GUIMARÃES *et al.*, 2018; DIUANA *et al.*, 2016), que serão destrinchadas nessa perquirição.

Políticas de assistência à população carcerária feminina

Em virtude do significativo aumento do número de mulheres no cárcere e das especificidades que o sistema prisional deve, teoricamente, dispor ao comportar tal público, buscou-se esmiuçar acerca da existência de políticas de assistência à

população carcerária feminina, criadas com o intuito de minimizar os padecimentos consequentes da vivência institucional.

Por esse viés, Silva (2016) destaca que, desde 1984 está previsto por lei a obrigatoriedade ao atendimento em saúde das pessoas reclusas em suas referidas instituições penais e, ao mesmo tempo, faz um contraponto em relação à ausência de políticas nacionais de atenção à saúde que contemplem essa demanda.

Tal lei objetiva minorar os obstáculos enfrentados na busca pela preservação da saúde dos apenados, especialmente no tocante a sua saúde mental (SILVA, 2016). Um dos fatores entendidos por Silva (2016) como impedimento para a melhoria do quadro de profissionais e assistência à saúde dos apenados das instituições prisionais nacionais é a ausência de condutas sistematizadas e monitoradas consoante às diretrizes do Ministério da Saúde. Tal fato faz com que a responsabilidade recaia sobre dirigentes locais que tenham relação com a justiça (SILVA, 2016). Sendo assim, com o propósito de converter essa realidade, foi instituído o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) através da Portaria Interministerial nº 1.777 de 09 de setembro de 2003, objetivando fazer com que a população prisional seja beneficiada com as políticas públicas. Desse modo, o plano supracitado é compreendido como um avanço para a atenção voltada aos apenados (SILVA, 2016).

Segundo Silva (2016), o Plano conjectura a composição de unidades básicas de saúde (UBS) no interior dos presídios, executando ações que compreendam a Atenção Integral à Saúde (AIS), sendo elaboradas por equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que contam com profissionais como psicólogo, assistente social, auxiliar/técnico de enfermagem, médico, enfermeiro, auxiliar de consultório dentário e cirurgião dentista em sua composição. Além disso, deverão estar disponíveis para atendimento da população carcerária, profissionais das unidades de referência de média e alta complexidade (SILVA, 2016).

De acordo com Silva (2016), visando abrandar as limitações existentes no cuidado da saúde física e mental dos apenados, existentes no PNSSP, dispositivo legal que deve assegurar assistência à saúde das pessoas em privação de liberdade, o Ministério da Saúde do Brasil implementou em 2014, por meio da portaria interministerial nº1, de 2 de janeiro de 2014, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional

(PNAISP). Essa política foi elaborada com o intuito de atestar o direito à saúde para todas as pessoas reclusas em instituições prisionais, sobretudo, através do aperfeiçoamento da infraestrutura das unidades básicas de saúde prisional (SILVA, 2016).

Ademais, Silva (2016) salienta que, esta política, mediante ao aumento significativo nos índices de problemas e agravos concernentes a saúde mental dos apenados, pauta suas ações também para construção de medidas, visando a prevenção de patologias e dos prejuízos provenientes do encarceramento, inclusive, no âmbito da saúde psíquica, fazendo conexões com as Redes de Saúde Mental; e prevenção do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como o favorecimento do processo de recuperação do usuário (SILVA, 2016).

No que se refere às políticas assistenciais pensadas exclusivamente para o público carcerário feminino, cabe citar algumas leis e políticas construídas para avalizar direitos básicos das mulheres apenadas. Nesse sentido, Stefanello e Stieven (2017) abordam acerca da Lei das Contravenções Penais de 1941, o Código de Processo Penal de 1940 e o Código penal, também do ano de 1940, que dissertam sobre as normas legais relacionadas ao público supracitado, apontando a necessidade da garantia de espaços prisionais que se adequem às especificidades do gênero feminino (STEFANELLO; STIEVEN, 2017).

Conforme Stefanello e Stieven (2017), a Cartilha da Mulher Presa, criada pelo Conselho Nacional de Justiça, estabelece direitos que perpassam pelo respeito físico e moral, tratamento adequado, ausência de preconceitos e discriminações de qualquer natureza, bem como o asseguramento do acesso à atenção básica, abarcando programas de prevenção e acompanhamento médico (STEFANELLO; STIEVEN, 2017).

No ano de 2014, foi instaurada a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), por meio da Portaria Interministerial nº 210, entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e o Ministério da Justiça. A PNAMPE salienta a indispensabilidade de considerar as peculiaridades inerentes ao público carcerário feminino, no que diz respeito à idade, orientação sexual, gênero, etnia, maternidade, cor ou raça, sexualidade, nacionalidade, escolaridade, entre outros enfoques. Além disso, busca assegurar medidas preventivas contra os mais variados tipos de

violência, aos quais essas mulheres são expostas (LARMEN *et al.*, 2015).

Contexto carcerário e suas mazelas

Analisando as políticas assistenciais direcionadas às mulheres apenadas, bem como as modificações dos papéis sociais atribuídos à figura feminina e dos fatores envolvidos na sua inserção na esfera criminal, observou-se a partir dos estudos analisados que, parte da problemática se dá em decorrência da ineficiência de se colocar em prática as normatizes criadas com o intuito de atender às necessidades específicas para o público feminino. Tal fato implica em questões associadas à violência e suas tipificações, no que tange os impactos da violência simbólica na constituição da subjetividade, vivência da sexualidade e da maternidade, a violação de direitos reprodutivos no contexto carcerário, bem como os danos psicológicos decorrentes do encarceramento.

Stefanello e Stieven (2017) abordam que na 65ª Assembleia Geral da ONU, no ano de 2010, foram aprovadas as “Regras Mínimas para Mulheres Presas”, cujas normatizes baseiam-se nas especificidades da população feminina em privação de liberdade (como questões relacionadas aos direitos reprodutivos) e nas lacunas estruturais e simbólicas presentes nesse ambiente (STEFANELLO; STIEVEN, 2017).

Conforme Rodrigues *et al.* (2012), indicadores atuais apontam que, a grande maioria dos apenados do sistema penitenciário brasileiro é procedente do público exposto as mais variadas vulnerabilidades sociais, sendo a parcela da população com menor poder aquisitivo, oriundos das periferias das cidades, com baixo grau de escolarização (RODRIGUES *et al.*, 2012).

Nicolau *et al.* (2012) abordam em seus estudos que, em decorrência da pluralidade dos sujeitos encarcerados, o contexto carcerário oferece diferentes riscos, sejam eles físicos (como a exposição a doenças infecciosas) ou psíquicos. Associada a esses elementos, a estrutura biológica feminina (se comparada a masculina) torna a mulher mais vulnerável às infecções sexualmente transmissíveis (IST's) dentro do sistema prisional (NICOLAU *et al.*, 2012). Dessa forma, deve-se promover a saúde global das mulheres no encarceramento, levando em consideração as especificidades experienciadas pelas mesmas (NICOLAU *et al.*,

2012).

Guimarães *et al.* (2018) e Diuana *et al.* (2016) complementam as informações supracitadas enfatizando que as instituições prisionais brasileiras são marcadas pela precariedade das condições de encarceramento promovida por incalculáveis fatores que perpassam pela superlotação, instalações insalubres, falta de acesso à saúde e de materiais de higiene pessoal, interação conflituosa com os profissionais das penitenciárias, ausência de área de lazer, adoção de medidas impositivas sobre a sexualidade, bem como dos direitos reprodutivos dessas mulheres, ausência de atividades que propiciem a dignidade e a ressocialização das apenadas (GUIMARÃES *et al.*, 2018; DIUANA *et al.*, 2016). Esses são apenas alguns dos padecimentos que denotam uma inadequação dos espaços prisionais, sendo mais notável o agravamento desses problemas em presídios femininos (GUIMARÃES *et al.*, 2018; DIUANA *et al.*, 2016).

Para Cartacho *et al.* (2013), tais fatos aludidos denotam a negligência do Estado para com este setor, priorizando somente a exclusão desses sujeitos do meio social, em detrimento da promoção de práticas de ressocialização. Desse modo, a falta de investimentos educacionais e profissionalizantes dificulta a reinserção social dos indivíduos em privação de liberdade, o que pode contribuir para elevação das taxas de reincidência (CARTACHO *et al.*, 2013).

Ventura, Simas e Larouzé (2015) consideram a escassez de recursos infraestruturais considerados basilares para minorar as mazelas já mencionadas, como elementos que evidenciam a urgência na implementação de medidas providenciais que fomentem a efetivação dos direitos mínimos descritos pela lei como necessários durante o cumprimento da pena, visando contribuir para diminuição dos impactos causados pela institucionalização (VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015).

Para Foucault (1987), a constituição do modelo-prisão antecede ao seu uso sistemático nos códigos penais, estando intimamente vinculada ao funcionamento da sociedade. Seu advento foi impulsionado pela necessidade de se conceber uma aparelhagem que oportunizasse a docilização e utilidade dos corpos através do controle exercido sobre estes sujeitos. Desse modo, descobriu-se um corpo passível de manipulação, obediência, modelagem, como instrumento para o exercício do poder (FOUCAULT, 1987).

Em consonância com Foucault (1987), Nascimento (2013) adita que, os desvios de conduta são pré-determinados pelo sistema de poder, que elabora regras e normatiza as relações humanas. Aqueles que agem contrariamente às regras e normas são enquadrados como transgressores da lei (NASCIMENTO, 2013).

Diante do exposto, é explicitamente compreensível o caráter de punição atribuído a prisão desde a sua implementação, sendo evidente seu intento em tornar o encarceramento uma forma de coerção, modificação e privação de liberdade. Entretanto, ainda que se compreenda as dimensões negativas do cárcere, o corpo social não dispõe de outro mecanismo consentâneo para substituí-lo (FOUCAULT, 1987).

No tocante a constituição da subjetividade, Andrade e Machado (2016) a caracteriza como uma *práxis* social que não corresponde a algo intrínseco ao ser humano. Ele não nasce dotado dessa característica, tendo em vista que, ela se emerge de uma organização coletiva que desenvolve verdades a serem propagadas por um discurso capaz de regular o comportamento humano em suas formas de ação, pensamento e de enxergar o mundo a partir de suas singularidades (ANDRADE; MACHADO, 2016). Nessa perspectiva, o encarceramento não deve ser compreendido apenas como empecilho ao direito de ir e vir da apenada, a julgar por sua outra finalidade de se atuar na vida da mulher em privação de liberdade como notável componente na construção de sua subjetividade (ANDRADE; MACHADO, 2016).

Para Andrade e Machado (2016), nesse jogo de moldagem e manipulação da subjetividade, o poder se apresenta como protagonista, estabelecendo seu exercício através das relações interpessoais entre apenadas e funcionários da instituição. À vista disso, observa-se uma série de interferências ao processo de estruturação da subjetividade em mulheres apenadas ao longo do cumprimento da pena judicial, através de regras, imposições, normas, códigos morais e de conduta, bem como a partir de prescrições a respeito de como essas mulheres devem cuidar e se relacionar com o próprio corpo (ANDRADE; MACHADO, 2016). Mediante a literatura estudada, verifica-se a insatisfação das reeducandas em relação às normas e disciplinas institucionais as quais precisam se adaptar. Essas obrigatoriedades são entendidas como modo de transformá-las em um objeto passível de remodelação

arbitrária (ANDRADE; MACHADO, 2016).

No que se refere à esfera da sexualidade, Diuana *et al.* (2016) esclarecem acerca das diretrizes que teorizam sobre o direito à concessão de visitas íntimas, que devem ser asseguradas ativamente pelo sistema carcerário. De modo geral, os aspectos centrais que se constituem como empecilhos para o cumprimento desses benefícios perpassam por códigos morais (relações hierarquizadas e desigualdade de gênero), bem como por determinações prisionais (precariedade dos locais das visitas, a obrigatoriedade de constatação de relacionamento conjugal, adoção de medidas coercitivas para evitar a gravidez, entre outros) (DIUANA *et al.*, 2016).

Em seus estudos, Bispo *et al.* (2015) citam a Portaria nº 1.190 de 2008 como responsável por regulamentar o procedimento da visita íntima nas instâncias Federais, determinando que a visita deve ocorrer no mínimo duas vezes ao mês. Mediante a ausência de uma regulamentação para as demais instâncias, torna-se atribuição de cada instituição determinar seus próprios parâmetros para a liberação da visita íntima (BISPO *et al.*, 2015).

Bispo *et al.* (2015) ainda complementam que, o momento que antecede a visita íntima caracteriza-se como uma válida oportunidade para o profissional enfatizar algumas orientações. Sendo assim, é dever do profissional responsável pela realização da consulta de planejamento familiar, fornecer informações referentes aos métodos contraceptivos cientificamente comprovados e disponíveis, bem como sanar as dúvidas levantadas, respeitando o direito que a mulher possui para decidir qual o método considerado mais apropriado e confortável para ela. Além disso, deve fornecer informações concernentes a importância da prevenção das IST's. Sendo essa responsabilidade profissional omitida, coloca-se em risco a capacidade de eficiência do método contraceptivo, além de tornar a mulher mais vulnerável a determinadas doenças (BISPO *et al.*, 2015).

Embora sejam recomendadas tais orientações, segundo Bispo *et al.* (2015) é notória a superficialidade com a qual se trata de assuntos relacionados à sexualidade e saúde reprodutiva no contexto prisional. A ausência de políticas públicas efetivas que propiciem a atenção à saúde de mulheres sob esse prisma, traz à tona a indiferença dispensada pelo Estado em relação às mulheres em privação de liberdade (BISPO *et al.*, 2015).

Foucault (1988) observa, nesse cenário institucional, o reflexo de uma sociedade androcentrista, que propaga a exaltação da sexualidade masculina, em detrimento da sexualidade feminina. Tudo isso se ancora no poder do discurso que regula o comportamento humano (FOUCAULT, 1988).

Segundo estudos, a maioria das mulheres em privação de liberdade possui um baixo nível socioeconômico, são jovens, afrodescendentes, solteiras ou mães solo e tiverem pouco acesso à educação (OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015; NICOLAU *et al.*, 2012). Em decorrência da tenra idade e, conseqüentemente, por estarem em fase reprodutiva, a gravidez tende a ser algo costumeiro dentro das penitenciárias femininas (OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015).

Bispo *et al.* (2015) dissertam que a gestação é um período marcado por alterações capazes de afetar a mulher como um todo, causando-lhe alterações fisiológicas, psicológicas, desconfortos corporais, interferindo no modo de relacionar-se com o (a) parceiro (a) e que essas modificações também estão associadas a fatores externos (BISPO *et al.*, 2015). Por esse viés, concomitante ao Caderno de Atenção Básica sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, Bispo *et al.* (2015) abordam que, a assistência à saúde sexual e reprodutiva deve caracterizar-se como uma das prioridades da atenção básica e suas ações, que tem como um de seus deveres, respeitar os direitos sexuais e reprodutivos dos indivíduos. Ademais, suas ações, que estão inseridas no Planejamento Familiar, não devem se restringir apenas a ações de anticoncepção (BISPO *et al.*, 2015).

Nesse sentido, Diuana *et al.* (2016) ao referenciar o exercício dos direitos reprodutivos de mulheres apenadas, delineados através de uma legislação, apontam um conjunto de regras alicerçadas na prevenção, adjutório e instrução, elaborados para oportunizar a saúde dessas mulheres, perpassando pelo cuidado na gravidez, no processo de amamentação e pela presença das crianças na prisão (DIUANA *et al.*, 2016). No entanto, a existência de tais diretrizes não funciona como garantia de efetivação desses direitos. A exemplo disso, a literatura estudada menciona a violência sofrida por parturientes durante o trabalho de parto e no puerpério (DIUANA *et al.*, 2016).

Segundo Diuana *et al.* (2016), apesar do uso de algemas ser vedado pela Resolução N° 3, de 1° de junho de 2012, do CNPCP (Conselho Nacional de Política

Criminal e Penitenciária) e de ser permitido um acompanhamento à parturiente no decurso do trabalho de parto, observa-se na prática, uma realidade contrastante ao que é deliberado pelos documentos formais, onde a utilização das algemas, a negligência da presença de um acompanhante e a presença de um discurso estigmatizado e hostil disseminado pelos profissionais da saúde e oficiais da instituição prisional, evidenciam o irrespeito à fragilidade psicológica, e física, acrescentando mais dor e sofrimento a esse momento que é experienciado de forma muito mais complexa por mulheres apenadas (DIUANA *et al.*, 2016).

Quanto a permanência das crianças com as mães apenadas, Modesti (2011) capta uma certa preocupação com a possibilidade de preservar a convivência da criança e sua genitora, principalmente quando estas crianças se encontram na fase de aleitamento. Entretanto, sabe-se que, muito embora algumas instituições penais sejam beneficiadas por creches ou ambientes mais propícios à permanência das crianças com suas mães, essa condição é uma exceção. Na maioria dos presídios, a permanência das crianças ao lado de suas mães só é permitida até os seis meses e, nesses casos, a convivência se dá em um ambiente improvisado para tal finalidade (MODESTI, 2011).

Em conformidade com o estudo de Oliveira, Miranda e Costa (2015), verificou-se que a vivência da maternidade no contexto do encarceramento destacou-se como fonte de sofrimento para mulheres em privação de liberdade, em virtude da precoce separação dos filhos. Outro elemento gerador de sofrimento na vivência da maternidade por mulheres apenadas, diz respeito ao sentimento de impotência e incapacidade da mulher encarcerada em exercer o papel social de mãe atribuído às mulheres (OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015).

Nesse sentido, conforme Oliveira, Miranda e Costa (2015), a construção social de que a figura feminina deve desempenhar as funções ligadas à maternidade (alimentação, higiene, cuidado), gera angústia e frustração em mulheres apenadas, levando-as a acreditarem que são as únicas responsáveis pelo cuidado dos filhos. Em decorrência do sofrimento ocasionado pela suspensão do vínculo entre mãe e filho, muitas mulheres preferem não manter ou ampliar o contato com a criança, buscando assim, esquivar-se de sofrimentos pósteros (OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015).

Oliveira, Miranda e Costa (2015) conjecturam importante mencionar o

abandono e a fragmentação familiar provenientes do encarceramento como algo recorrente na realidade das mulheres apenadas. A quebra de vínculos familiares está relacionada à perda do papel de mulher/mãe/esposa; a distância das prisões, dificultando o deslocamento das famílias; o estereótipo social de “criminosa”; a precariedade das visitas, entre outros fatores. Tudo isso gera sensações de desamparo e insegurança, o que pode contribuir para o processo de adoecimento psíquico dessas mulheres (OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015).

Em face do exposto, os estudos de Rosa e Brito (2009) evidenciam um ambiente prisional cerceado pelos mais variados tipos de violência, destacando-se a violência simbólica que, por sua vez, caracteriza-se por uma ação tácita sem a utilização de coação física, porém, tão nociva quanto as outras formas de violência, haja vista que, ocasiona danos morais e psíquicos (ROSA; BRITO, 2009).

De acordo com Carrieri, Aguiar e Diniz (2013), a violência é construída no meio social, através de regras e códigos sociais, atuando como um mecanismo de regulação, controle e poder. Sua instalação e manutenção recebem influências histórico-culturais da desigualdade e da exclusão de classes subordinadas a uma hegemonia das classes dominantes, por meio de ações de atores e entidades sociais, destacando-se o Estado, a escola, a família, a Igreja, as instituições prisionais (CARRIERI; AGUIAR; DINIZ, 2013).

Naves (2014) identifica a violência simbólica como um meio de destituir o indivíduo da posição de um ser pensante que também sente e deseja, colocando-o em uma posição de passividade, silenciamento e subordinação ao outro (NAVES, 2014). Fazendo um alelo ao que foi pontuado por Naves (2014), Santos, Barros e Andreoli (2019), caracterizam o sistema prisional como um ambiente propagador desse tipo de violência, ao considerar os altos índices de sofrimento mental existentes nesse contexto. Por esse viés, observa-se que o encarceramento possui aspectos desencadeadores e mantenedores de adoecimentos psíquicos como a depressão associada a comportamentos suicidas, além de dificuldades de ressocialização posterior à liberdade (SANTOS; BARROS; ANDREOLI, 2019).

Santos *et al.* (2017) evidenciam em seus estudos as consequências do encarceramento sobre a saúde mental das apenadas. Os autores constataram a revolta, a sensação de abandono, tristeza, ansiedade e a solidão como sentimentos comuns experienciados por esse público. Tais experiências emocionais estão

relacionadas à precariedade das condições do encarceramento, que perpassa pela abstinência sexual, alteração do padrão de sono, ruptura das relações familiares, depressão, utilização excessiva de drogas lícitas e ilícitas, entre outros. Os periclitamentos mencionados são elementos geradores de estresse que, conseqüentemente, acarretam prejuízos psíquicos a essa população (SANTOS *et al.*, 2017).

Por fim, ainda em conformidade com os achados de Santos *et al.*, cabe ressaltar que, o ambiente prisional é um grande gerador e potencializador de prejuízos psicológicos que acometem com maior frequência a saúde mental de mulheres no cárcere, se comparado aos apenados do sexo masculino (SANTOS *et al.*, 2017). Além disso, foi possível constatar que, no contexto carcerário, a saúde psíquica é mais comprometida que a física. Tal fato pode estar associado à representação de gênero atribuída à figura feminina na sociedade (SANTOS *et al.*, 2017), como já foi mencionado no decurso desta perquirição. Sendo assim, as informações obtidas nos estudos de Santos *et al.* (2017) revelam a necessidade de se implementar ações direcionadas, especialmente, para minoração dos danos psicológicos das mulheres ao longo do confinamento prisional (SANTOS *et al.*, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, constatou-se que a violação de direitos humanos se caracteriza como uma realidade corriqueira incorporada ao sistema prisional feminino, destacando-se nesse cenário, a violência simbólica. Sendo esta manifestada nos mais diversos aspectos, tornaram-se perceptíveis, através da presente perquirição, suas implicações no que tange a constituição da subjetividade da mulher apenada, levando em consideração que, o cunho punitivo conferido a prisão desde sua gênese, atua como mecanismo de moldagem e docilização dos corpos, através de códigos morais e de conduta, que objetivam determinar a forma com que devem se comportar, construir relações e cuidar do próprio corpo.

No que concerne a vivência da sexualidade de mulheres em privação de liberdade identificou-se que as relações hierarquizadas, a desigualdade de gênero e as determinações prisionais alicerçadas em um modelo androcentrista

(representadas pela adoção de métodos contraceptivos arbitrários, ausência de locais adequados para a efetuação de visitas íntimas e para permanência dos filhos durante o período pré-definido, uso de algemas durante o parto, insuficiência de políticas públicas que se adequem às necessidades de gênero, entre outros), exteriorizam o descaso com que são tratadas as questões associadas a esse tema, expondo o contraste existente entre a realidade prisional e as descrições dos documentos formais elaborados com o intuito de garantir direitos associados ao âmbito supracitado.

A escassez de estudos que referenciem mais especificamente a violência simbólica sofrida por mulheres em privação de liberdade, especialmente no que diz respeito aos danos psicológicos ocasionados pelo encarceramento, inviabilizou um maior aprofundamento das análises acerca desse enfoque. Entretanto, observou-se de modo geral que, todas as violações existentes no ambiente prisional, que vão desde a falta de estruturação física adequada até a interação conflituosa entre os profissionais penitenciários e as apenadas, interferem, significativamente, na produção e potencialização dos danos psicológicos, como depressão associada a comportamentos suicidas, ansiedade, tristeza, sensação de abandono, revolta, dificuldades de ressocialização posterior à liberdade, entre outros. Sendo assim, notou-se que o encarceramento em todos os seus aspectos é, por si só, um desencadeador de sofrimento mental.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou também a constatação de precariedades no modelo punitivo vigente representado pelo encarceramento, no que concerne a ausência de uma infraestrutura adequada que atenda às necessidades do gênero feminino; tratamento inadequado por parte da equipe multiprofissional; falta de um olhar isento de julgamentos associados principalmente a questão de gênero, que interfere no modo como essas mulheres vivenciam a sua sexualidade, bem como a maternidade. Nesse seguimento, observou-se que a junção desses fatores pode culminar em um processo de perpetuação da violência, seja ela física, moral ou psicológica no ambiente carcerário.

A partir de um levantamento de informações referentes à existência de políticas assistenciais empreendidas pelo Estado, com o intuito de minorar os padecimentos consequentes da vivência institucional, constatou-se que, a formulação de leis e diretrizes não garantem, por si só, que a sua prática seja

assegurada. Um dos fatores atribuídos a essa problemática reside na perpetuação da violência praticada pelos próprios profissionais encarregados pelo funcionamento prisional. Tal fato evidencia a necessidade do Estado em não somente elaborar leis que garantam direitos às mulheres no cárcere, mas também, instituir medidas para fazer cumprir tais deliberações. Por fim, em decorrência das limitações do presente trabalho, provenientes do estreito arcabouço teórico disponível, cabe ressaltar a necessidade de investimento na elaboração de novos estudos acerca do tema.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. S.; MACHADO, M. N. M. **Constituição da subjetividade por mulheres aprisionadas**. São João del Rei, v. 11, n. 1, 2016.

BISPO, T. C. F. *et al.* **Saúde sexual e reprodutiva no contexto da prisão: vivências de presidiárias de Salvador-Ba**. Salvador, v. 4, n. 2, 2015.

CARRIERI, A. P.; AGUIAR, A. R. C.; DINIZ, A. P. R. **Reflexões sobre o indivíduo desejante e o sofrimento no trabalho: o assédio moral, a violência simbólica e o movimento homossexual**. Cad. EBAPE.BR, v. 11, n. 1, artigo 10, Rio de Janeiro, 2013.

CARTACHO, R. O. *et al.* **Panorama brasileira da estrutura presidiária**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza-Ceará, Brasil, v. 26, n. 2, pp. 266-273, 2013.

DIUANA, V. *et al.* **Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2041-2050, 2016 .

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade – a vontade do saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GUIMARÃES, M. L. *et al.* **Promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção de nutrizes encarceradas**. Texto contexto – enferm., Florianópolis, v. 27, n. 4, 2018.

LERMEN, H. S. *et al.* **Saúde no cárcere: análise das políticas sociais de saúde voltadas à população prisional brasileira**. Physis, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 905-924, 2015.

MODESTI, M. C. **As Mulheres aprisionadas e os reflexos familiares decorrentes do cárcere: as drogas e as dores da privação da liberdade**.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2011.

NASCIMENTO, L. C. S. **A (in)visibilidade da mulher criminosa e a desigualdade de gênero no espaço da prisão: uma análise da vivência das mulheres em situação de prisão no complexo penal estadual agrícola Drº Mário negócio em Mossoró/RN.** Revista Transgressões, v. 1, n. 2, p. 164-185, 2015.

NAVES, E. T. **A mulher e a violência: Uma devastação subjetiva.** Rev. Subj., Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 454-462, 2014.

NICOLAU, A. I. O. *et al.* **Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias.** Acta paul. enferm., São Paulo, v. 25, n. 3, p. 386-392, 2012.

OLIVEIRA, L. V. O.; MIRANDA, F. A. N.; COSTA, G. M. C. **Vivência da maternidade para presidiárias.** Rev. Eletr. Enf., v. 7, n. 2, p.360-9, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

RODRIGUES, V. I. *et al.* **Gênero e privação de liberdade: as condições de vida das mulheres na prisão.** Revista de Iniciação Científica da ULBRA, Canoas, n. 10, 2012.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 16, n. 51, p. 629-646, 2009 .

SANTOS, M. M. dos; BARROS, C. R. dos S.; ANDREOLI, S. B. **Fatores associados à depressão em homens e mulheres presos.** Rev. bras. epidemiol., São Paulo, v. 22, 2019 .

SANTOS, M. V. *et al.* **Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do rio de janeiro.** Texto contexto - enferm. Florianópolis, v. 26, n. 2, 2017.

SILVA, E. L. S.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, J. B. **Mulheres invisíveis, mentes esquecidas: a saúde mental de mulheres sob privação de liberdade.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

STEFANELLO, C. T.; STIEVEN, P. L. **Direitos humanos das mulheres apenas do sistema prisional brasileiro.** Revista Jurídica – Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea. Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, 2019.

VENTURA, M.; SIMAS, L.; LAROUZE, B. **Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 607-619, 2015.

Dossiê:

TRANSDISCIPLINARIDADE EM PSICOLOGIA: AS PSICOLOGIAS E SEUS CONTEXTOS

Organizadores

**Augusto Cesar Soares da Cunha
Gênesis Guimarães Soares**

 EDITORA
PEIXE AZUL

www.editorapeixeazul.com

**A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E
SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À
DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE
LIBERTAÇÃO**

DOI: [10.5281/zenodo.5150487](https://doi.org/10.5281/zenodo.5150487)

Thayná de Paula Pereira

Psicóloga/Centro Universitário UNIFTC. Pós- graduanda em Psicologia Escolar e Educacional/Faveni. Psicóloga Clínica. psicologa.thaynadepaula@gmail.com

Bruna Moreira Pinto de Sousa Barros

Psicóloga/Centro Universitário UNIFTC. Pós-graduanda em Psicologia Escolar e Educacional/Faveni. Psicóloga Clínica. brunnamoreiraa@outlook.com

Manoel de Lima Acioli Neto

Psicólogo/Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Saúde Mental/Universidade Católica de Pernambuco. Mestre e Doutor em Psicologia/Universidade Federal de Pernambuco (PPGPsi). Pesquisador do Laboratório de Interação Social Humana (LABINT/UFPE). Professor da Universidade Federal da Bahia (IMS/UFBA). mdlacioli@gmail.com

RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar a inserção da psicologia na assistência social e seu compromisso ético-político com o combate à desigualdade social, no que concerne às práticas de libertação e transformação social voltadas para população em situação de rua. Para isso, foram entrevistados profissionais atuantes na rede de assistência e realizada Análise Temática de Conteúdo dos dados obtidos. Os resultados apontam que o acesso às políticas públicas facilita o processo de reintegração dos sujeitos em condição de rua à sociedade, uma vez que buscam promover a autonomia desses indivíduos a partir de atuações que facilitem a retomada para construção de um novo plano de vida. Entretanto, observou-se que apesar de seu propósito, alguns serviços acabam adotando práticas assistencialistas e funcionando como uma simples e passageira ajuda incapaz de abarcar de modo satisfatório às demandas, uma vez que não contemplam o sujeito em sua totalidade. Diante desse cenário, é de suma relevância que o psicólogo pautar sua atuação em um processo de libertação genuína entre as classes oprimidas e a organização social exploradora, que permita um avanço entre o contexto de alienação social, para a realidade de identidade social.

Palavras-chave: Psicologia comunitária. Políticas públicas. Desigualdade social.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue analizar la inserción de la psicología en la asistencia social y su compromiso ético-político, con el combate a la desigualdad social, en cuanto lo concierne las prácticas de liberación y transformación social dirigidas a la población sin hogar. Para ello, se entrevistó a los profesionales que trabajan en la red asistencial y se realizó un Análisis de Contenido Temático de los datos obtenidos. Los resultados muestran que el acceso a las políticas públicas facilita el proceso de reintegración de sujetos en condición de calle a la sociedad, ya que buscan promover la autonomía de estos individuos a partir de acciones que faciliten la reanudación para la construcción de un nuevo plan de vida. Sin embargo, se observó que, a pesar de su finalidad, algunos servicios terminan adoptando prácticas asistenciales y funcionando como una ayuda simple y temporal, incapaz de cubrir satisfactoriamente las demandas, ya que no contemplan el tema en su totalidad. Antes de este escenario, es de suma importancia que el psicólogo oriente su actuación en un proceso de genuina liberación entre las clases oprimidas y la organización social explotadora, que permita un avance entre el contexto de alienación social, hacia la realidad de la identidad social.

Palabras clave: Psicología comunitaria. Políticas públicas. Desigualdad social.

INTRODUÇÃO

A realidade de pessoas em situação de rua é um fenômeno presente em todo o mundo. Ele envolve variadas determinações, como a precariedade das relações e das condições laborais, as crises econômicas, a fragilidade dos sistemas de seguridade social, o que contribui para dificultar a inserção de sujeitos e grupos nas estruturas sociais e econômicas, colocando essas pessoas em condições de vulnerabilidade social. Tal fato está associado ao embate decorrente da configuração de estruturas e instituições socioeconômicas sobre comunidades, famílias e pessoas em diferentes aspectos da vida social (BELLENZANI; MALFITANO, 2006).

Pessoas em situação de rua situam-se em uma zona de instabilidade, entre a integração e a exclusão, como consequência, isso dificulta o acesso às oportunidades sociais, econômicas e culturais, gera um aumento das situações de desproteção e insegurança, o que coloca em evidência os problemas de exclusão e marginalidade (GOMES; PEREIRA, 2005; GONTIJO; MEDEIROS, 2009). A gênese deste fato social encontra-se no fenômeno de pauperização existente na Europa Ocidental na época pré-industrial, estando ligado a condições históricas-estruturais, e alicerçando a compreensão acerca da composição da pobreza nas sociedades capitalistas (SILVA, 2009).

No continente europeu esse fenômeno é encarado como o resultado da degradação do mercado de emprego, da precarização das relações de trabalho, e do desemprego. Tal cenário está ligado ao gradativo aumento de segmentos sociais em uma condição de exclusão, atingindo não somente pequenos grupos, mas também alcançando grupos sociais e populações que sofrem com limitações laborais, o que conseqüentemente leva a uma marginalização e inviabilidade de retornar às relações de trabalho formal (CASTELLS, 2001).

Constatou-se no início do século XXI que a civilização não alcançou soluções efetivas que permitissem o desenvolvimento de melhorias sociais. O avanço tecnológico e a globalização, que tem se expandido entre as diferentes sociedades contemporâneas, são fatores vistos como propulsores de conseqüências negativas

**A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO
ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL:
CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO**

associadas a reprodução de desigualdades sociais, bem como a ausência de garantias sociais para uma ampla parcela da população. Sendo assim, entende-se que os problemas enfrentados pelas minorias como a discriminação, desrespeito às diferenças e a distribuição de bens sociais não podem ser consideradas como anomalias, haja vista que eles são consequências do processo econômico e pensamento globalizado vigentes (COSTA, 2005).

No Brasil, o fenômeno da população em situação de rua tem sua gênese no processo de industrialização. Com a substituição do modelo de acumulação agroexportadora, entre os anos 1930 a 1980, a economia do país foi fortemente afetada e modificada. Todavia, é importante considerar os fatores estruturais históricos, como questões políticas, econômicas, culturais enraizadas na sociedade brasileira, que estão inteiramente associados a pobreza. Sendo assim, a desigualdade social, econômica e política tem afetado a constituição histórica do país, indo em um sentido contrário ao processo de democratização. Em virtude disso, discute-se acerca de uma “apartação social”, que está enraizada nos modos de relações econômicas, sociais, culturais e políticas e gerando privações coletivas (como pobreza, subalternidade, iniquidade, não acessibilidade e não representação pública) (VARANDA; ADORNO, 2004; HOLSTON, 2013).

Uma pesquisa realizada sobre a população em situação de rua, no ano de 2008, levantou dados quantitativos e aspectos socioeconômicos da população em situação de rua, servindo de subsídio para construção e implementação de políticas públicas. O estudo foi realizado a partir de um levantamento de campo censitário de 71 cidades do Brasil, evidenciando um número de 31.922 adultos vivendo em situação de rua nos locais pesquisados. Entretanto, tal dado não abarca o total da população vivendo nessa situação no país, tendo em vista que o estudo envolveu algumas cidades brasileiras (FIORATI *et al.*, 2014).

“A pesquisa evidencia também informações em relação ao perfil dessa população, destacando-se que há predominância masculina (82%) e que mais da metade (53%) está em idade economicamente produtiva, entre 25 e 44 anos, apresentando como razões para viverem na rua problemas como uso de álcool e outras drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças familiares (29,1%). Tal população apresenta níveis de renda baixos, sendo que a maioria (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais. Dentre as atividades realizadas destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/ estivador (3,1%); 15,7% das pessoas

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO

entrevistadas relataram pedirem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Esses dados são importantes para desmistificar o fato de que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”, pois aqueles que pedem dinheiro para sobreviver constituem minoria (FIORATI *et al.*, 2014, p.15”).

O conjunto de problemas e a complexidade que permeiam a população em situação de rua, exige a atuação e integração de áreas de conhecimento e práticas diferentes, que construam um sistema de ações complementares e contínuas, Destacando-se ações ligadas aos setores da saúde, educação, assistência social e direito. É perceptível que, as políticas públicas atuam de forma fracionada, ineficaz e departamentalizada, o que sinaliza a urgente necessidade de uma interconexão entre os setores e instâncias sociais, que vise a elaboração e articulação de políticas públicas que busquem de forma concreta, pela redução das desigualdades sociais, da discriminação, bem como a criação de estratégias de enfrentamento acerca da exclusão social de determinadas populações (LOPES *et al.*, 2008; FERREIRA, 2011).

A desigualdade social no Brasil e o compromisso ético-político da psicologia

O Brasil se caracteriza pela estruturação de um sistema social marcado por relações assimétricas de poder, desencadeando em um cenário de extrema desigualdade social e distribuição de riquezas. A desigualdade social no Brasil tem raízes históricas no processo de colonização e escravidão, entretanto, a sua legitimação se dá através da reprodução cotidiana de mecanismos modernos, principalmente simbólicos. Sendo assim, as classes dominantes que detêm o poderio econômico e utiliza-se de mecanismos de coerção social, para se manter como tal, são uma pequena parcela da sociedade, enquanto uma grande parte da população não tem o mínimo para sobreviver. Essas condições sociais estão inteiramente relacionadas ao acesso as oportunidades, bem como ao papel social atribuído a cada um (SOUZA *et al.*, 2009).

Nesse aspecto, o combate a essas condições desiguais que estruturam o país se torna um compromisso ético-político que o Estado deve assumir em relação à sua população. Esse debate, contudo, somente começa a ser discutido com mais ênfase em meados do século XX, após séculos de opressão ao povo brasileiro.

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO

Movimentos sociais, como o Sanitarista, passam a se ocupar da reivindicação de direitos e a situação sociopolítica nacional começa a sofrer suas rupturas iniciais, voltando-se a passos lentos ao acolhimento das demandas urgentes do Brasil (LANE; SAWAIA, 1995). O ápice dessas mobilizações sociais pode ser representado pela emergência do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Assim sendo, a partir da década de 1980, a Psicologia passa a se posicionar nesse contexto, destacando a necessidade de uma postura crítica e comprometida com as necessidades da realidade latino-americana. Martín-Baró, um desses acadêmicos e militantes, reforça que a Psicologia não deve ser enxergada como uma exceção as outras profissões que se encontram a serviço da ordem convencionalizada pela sociedade. Desse modo, cabe questionar-se acerca de uma psicologia que historicamente volta-se para o atendimento de setores sociais mais ricos, direcionando sua atenção para as raízes pessoais dos problemas e negligenciando os fatores sociais. Por esse viés, percebe-se a necessidade de aproximar a ciência psicológica de um *quefazer* mais comunitário. Por essa lógica, Martín-Baró afirma que “a conscientização se constitui no horizonte primordial do fazer do psicólogo” (MARTÍN-BARÓ, 1997).

“O processo de conscientização supõe três aspectos: a. o ser humano transforma-se ao modificar sua realidade. Trata-se, por conseguinte, de um processo dialético, um processo ativo que, pedagogicamente, não pode acontecer através da imposição, mas somente através do diálogo. b. Mediante a gradual decodificação do seu mundo, a pessoa capta os mecanismos que a oprimem e desumanizam, com o que se derruba a consciência que mistifica essa situação como natural e se lhe abre o horizonte para novas possibilidades de ação. Esta consciência crítica ante a realidade circundante e ante os outros traz assim a possibilidade de uma nova práxis que, por sua vez, possibilita novas formas de consciência. c. O novo saber da pessoa sobre sua realidade circundante a leva a um novo saber sobre si mesma e sobre sua identidade social. A pessoa começa a se descobrir em seu domínio sobre a natureza, em sua ação transformadora das coisas, em seu papel ativo nas relações com os demais. Tudo isso lhe permite não só descobrir as raízes do que é, mas também o horizonte do que pode chegar a ser. Assim, a recuperação de sua memória histórica oferece a base para uma determinação mais autônoma do seu futuro” (MARTÍN-BARÓ, 1997, p.16).

O processo de conscientização merece ser salientado por apresentar o modo como o Estado passa a estruturar suas ações pela via das políticas públicas. Como

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO

pode ser observado, Martín-Baró subverte a lógica de responsabilização do sujeito em seus problemas, concebendo que existem condições que possuem uma estruturação histórico-política (MARTÍN-BARÓ, 1997). Por isso, existem realidades que necessitam ser modificadas para que o sujeito consiga minimamente ser capaz de compreender os mecanismos atuantes na constituição e manutenção da desigualdade. Esse processo pode ser ilustrado de forma bastante clara através das políticas públicas.

Destarte, adentrando o vasto campo de atuação da psicologia, o presente trabalho objetivou refletir como a Política Nacional de Assistência Social, em particular, com a implementação dos Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua, atuam em práticas de libertação a pessoas em situação de rua. O Centro Pop é um dos serviços oferecidos pela Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em 11 de novembro de 2009, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109/2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Esta resolução, ao ocupar-se dos serviços de proteção social especial de média complexidade, categorizou o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, implementando o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, unidade prevista no art. 7º do decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009c).

O Centro Pop tem como objetivo primordial acolher pessoas que se encontram em situação de rua. Ao ingressar em uma dessas unidades, o sujeito tem a possibilidade de participar de um conjunto de ações direcionadas a tentativa de resgatar a sua cidadania. Isso se dá a partir de atividades de reinserção familiar e/ou comunitária, do oferecimento de condições que promovam a restauração e preservação da integridade e da autonomia desse grupo, além de viabilizar recursos para (re)construção de novos projetos de vida dessa população (BRASIL, 2009b).

MÉTODO

Local da Pesquisa

O Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) visitado está localizado em uma cidade do interior da Bahia, em um local distante do centro urbano. O serviço fica aberto de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, com oferta de café da manhã, lanche, banho, atividades socioeducativas e recreativas e atendimento com equipe formada por psicólogo, assistente social, educador social e administrativo, e recebe uma média de 40 pessoas diariamente. Sua estrutura física permite circulação livre dos usuários e contém cômodos referentes a cozinha, área de serviço, parte administrativa, banheiros para a realização de higiene pessoal e área de recreação com amplo espaço e uma televisão.

Nessa instituição, a pessoa em situação de rua recebe atendimento das equipes de psicólogos e assistentes sociais, bem como tem acesso a outras políticas públicas do Governo Federal. São oferecidos atendimentos individuais e coletivos, oficinas, atividades de convívio e socialização.

O acesso às unidades deste programa se dá por demanda espontânea, bem como por encaminhamento do Serviço Especializado em Abordagem Social, por outros serviços da Assistência Social ou políticas públicas e por órgãos do Sistema Judiciário.

Participantes

Participaram desse estudo três profissionais atuantes no Centro Pop de uma cidade do interior da Bahia: um psicólogo, um profissional administrativo e um profissional auxiliar de serviços gerais. Para participar da pesquisa, se fazia necessário que o indivíduo possuísse vínculo laboral com a instituição, atuando de alguma forma com os seus usuários. Deve ser ressaltado que as entrevistas foram realizadas no Centro Pop e somente foram efetuadas após apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Procedimentos de Coleta

O período de coleta dos dados ocorreu no ano de 2019. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, técnica que possibilita uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos, permitindo abordá-los de forma mais complexa e investigar aspectos delicados. As entrevistas realizadas foram gravadas digitalmente e transcritas na íntegra, com duração de 20 minutos cada uma.

Procedimentos de Análise

Realizou-se Análise Temática de Conteúdo das informações obtidas, a qual pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise voltadas à descrição dos conteúdos imersos nas comunicações e que permite inferir conhecimentos relativos às condições de produção e transmissão desses conhecimentos, através do desmembramento do texto em categorias, seguidas de um reagrupamento por analogias (BARDIN, 1977).

As entrevistas foram categorizadas, compondo famílias de significados que contemplavam o discurso dos usuários, situados em unidades hermenêuticas. Nesse sentido, essas categorias eram organizadas por meio do conteúdo discursivo presente nas entrevistas e pela frequência de enunciação. Seguidamente, eram identificadas como compondo determinada família de significados e agregadas em termos de similaridades e relação com a temática discutida (BARDIN, 1977).

Considerações Éticas

O estudo está conformado às regras do Conselho Nacional de Saúde (CNS), através da Resolução N° 510/2016 (BRASIL, 2016), que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Com o término do estudo, as entrevistas e transcrições, assim como as informações dos instrumentos utilizados estão guardadas por um período de cinco anos com os pesquisadores responsáveis. Para a garantia do anonimato, as identidades e dados pessoais dos participantes serão mantidos em sigilo e, quando necessário, será utilizado um pseudônimo ou outra forma de codificação que não revele suas

identidades nem permita associações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das entrevistas foram construídas categorias para organizar o sentido do discurso dos entrevistados. As categorias foram denominadas: 1) Funcionamento do Centro POP; 2) Fatores causais; 3) Serviços oferecidos pelo Centro POP; 4) Corpo técnico do Centro Pop; 5) Alcance dos objetivos propostos pelo Centro POP; 6) Mudanças necessárias no serviço ofertado à população de rua; e 7) Papel do psicólogo.

Funcionamento do Centro POP

De modo geral, os funcionários pontuaram acerca do funcionamento do Centro POP, definindo-o como um Centro Regional Especializado de Assistência Social destinado à população de rua e migrantes, além de destacar sobre os dias e horários em que realizam suas atividades.

“O centro POP é o Centro Regional Especializado de Assistência social para populações em situação de rua. Já não é mais um programa, mas sim uma política pública consolidada. É ligado ao Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, e aqui na cidade nós atendemos as pessoas em situação de rua e também os imigrantes. Aqui funciona das 8h da manhã até 12h e das 14h até às 18h da tarde, e para início de conversa o que eles procuram primeiramente é sanar as necessidades básicas”. (Diego¹)

Os direitos sociais e sua universalização, no que tange a cobertura do atendimento social, abrangendo nesse cenário a população em situação de rua foram ampliados a partir da Política Nacional de Assistência Social, no ano de 2004 (BRASIL, 2009a).

Como parte da Política de Assistência Social, o Centro POP se constitui como referência de proteção social especial, de dimensão municipal, de essência pública e estatal, onde se disponibiliza o Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua (BRASIL, 2009a). Seu funcionamento deve ocorrer por pelo menos 5 dias semanais, devendo ser contabilizada 8 horas diárias (BRASIL, 2011).

¹ Todos os nomes utilizados são fictícios.

Fatores causais para situação de rua

Com o intuito de compreender melhor os fatores causais que levaram os usuários a viverem em uma condição de rua, o serviço executa um acompanhamento multidisciplinar e interdisciplinar.

“A gente faz esse acompanhamento multidisciplinar, interdisciplinar, e psicossocial no que tange a realidade que eles enfrentam na rua, os diversos motivos que fazem com que eles venham a vivenciar essa realidade”. (Diego)

No Centro Pop é realizado um atendimento multidisciplinar através de uma equipe constituída por profissionais como psicólogos e assistentes sociais, além disso, facilita-se o contato com outras políticas públicas do governo federal. No serviço são fomentadas ações que impulsionam o protagonismo e a participação social dos sujeitos em situação de rua em situação de rua, bem como oferece atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização (PINHO; PEREIRA; LUSSI, 2019).

São muitos os fatores causais que levam os sujeitos a viverem em situação de rua. Quebra de vínculos familiares, dependência e violência doméstica são os mais comuns.

“Por exemplo, ele pode ter saído de casa por ‘n’ motivos e ele pode ter desejado voltar para casa e não consegue por conta de outras questões também, mas a família também apresenta um risco para ele. O sujeito pode ter saído de casa por conta de um lar muito abusivo. Ele pode não querer voltar e a família também pode não querer ele de volta, por exemplo”. (Diego)

“A maioria deles tem dependência, seja ela com tiner, com maconha, com crack, com diversos. Então, assim, o fato de estarem vivendo na rua propicia tudo isso aí”. (Eduardo)

“Ele pode ter saído de casa por conta de um lar muito abusivo, né? Pode ser um lar muito violento, um lar muito abusivo. Ele pode não querer voltar a família também pode não querer ele de volta, por exemplo, né? (Eduardo).

No mundo contemporâneo e globalizado, uma sociedade centrada no consumo necessita do mercado para sobreviver. Entretanto, este mesmo mercado de trabalho não necessita mais de sua força de trabalho, que para Marx, tem sido considerada uma mercadoria que pode ser vendida e comprada na sociedade capitalista. Desse modo, sendo excluídos do processo de circulação de

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO

mercadorias, esses indivíduos simplesmente “sobram” (COSTA, 2005).

Nesse cenário de “sobra”, pode-se incluir a população em situação de rua, que se configura por uma coletividade populacional heterogênea, composta por pessoas que mesmo vivenciando diferentes realidades, compartilham uma situação de pobreza absoluta e falta de pertencimento à sociedade formal. Esse grupo é composto por homens, mulheres, jovens ou famílias inteiras que em determinado momento de sua existência exerceu algum tipo de ofício que lhes atribuiu suas identidades sociais. Contudo, as adversidades (perda do emprego, perda de entes queridos, rompimento de laços efetivos, dependência de drogas) enfrentadas por essas pessoas transformaram suas perspectivas de projeto de vida, convertendo o espaço da rua em moradia e meio de sobrevivência (COSTA, 2005).

Serviços oferecidos pelo Centro POP

No tocante aos serviços oferecidos pelo Centro Pop, os funcionários informaram que são oferecidos aos usuários: café da manhã, café da tarde, local para higienização (tomar banho e lavar roupas), local para armazenamento de pertences e documentos, além disso, eles encontram no serviço um ponto de apoio onde eles enxergam os funcionários como mediadores para atender as suas necessidades, bem como um espaço para convivência.

“Aqui sai café da manhã, café da tarde, eles podem tomar banho, eles podem lavar as roupas e podem guardar os pertences e documentos aqui. Os usuários fixos, como a gente costuma chamar, por exemplo, os usuários que já tem pasta aqui, a gente desenvolve um plano de acompanhamento individual, ou seja, fazemos um acompanhamento psicossocial também”. (Diego)

“Então assim, eles têm direito tanto quanto nós, e até mesmo para garantir o direito deles, o serviço foi criado para dar esse apoio para eles, para gente ser um intermédio entre eles e as demais políticas públicas”. (Eduardo)

Nas unidades do Centro POP são ofertados serviços de assistência de equipe de psicólogos e assistentes sociais, bem como o acesso a outras políticas públicas do Governo Federal. Além disso, o equipamento também disponibiliza de um espaço para higiene pessoal e guarda de pertences pessoais (PINHO; PEREIRA; LUSSI, 2019). Na cidade onde foi realizada a pesquisa são fornecidos

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO

café da manhã e lanche da tarde para população em situação de rua.

Uma outra funcionária do Centro Pop ressalta acerca do oferecimento de outros serviços como: acompanhamento médico e promoção de visibilidade aos usuários, que segundo ela, são negligenciados pela sociedade.

“Na minha visão é um meio de uma pequena população ter seus direitos atendidos. Lógico, nunca vai chegar a ser aquela coisa assim, porque a sociedade não está preparada para administrar todos os recursos da maneira certa. Mas o que eu vejo aqui, eles são amparados através de atendimento médico, eles são amparados em questão de documento, tem acompanhamento para resolver coisas que eles sozinhos não conseguem resolver ou então não seriam assistidos pelo fato de simplesmente estarem em situação de rua, pelo fato de que as pessoas não aceitam, ou então falam assim “ah, não tem necessidade disso”. (Ana)

O acesso às oportunidades sociais, econômicas e culturais acarreta em uma expansão de incidências associadas a desproteção e insegurança, evidenciando os problemas de exclusão e marginalidade provocados por uma zona de instabilidade entre a integração e a exclusão, a qual se encontram as pessoas em situação de rua (GOMES; PEREIRA, 2005; GONTIJO; MEDEIROS, 2009). Nessa conjuntura, o Centro POP atua enquanto política pública, na tentativa de trabalhar com a redução de danos, visando atender ao menos as necessidades básicas a esses sujeitos.

No que diz respeito aos serviços ofertados para os migrantes, segundo um dos funcionários, o Centro Pop atua da seguinte forma:

“É, porque diariamente assim, essa classe de pessoas migra de um lugar para outro. Aqui, claro, tem vários tipos de pessoas, tem os que permanecem na cidade, os que são da cidade, os que ficam transitando de um lugar para outro e por conta disso, existe um benefício que chama auxílio viagem e aí quando eles vêm até aqui, a gente dá uma ajuda para que eles cheguem até uma cidade mais próxima do local desejado. No momento, estamos impossibilitados, porque acabou a verba, estamos aguardando um retorno”. (Eduardo)

Evidenciando muitas especificidades, o fenômeno da migração tem se apresentado de diversas maneiras. Inteirados desse cenário de vulnerabilidade vivenciado pelos indivíduos que migram para o Brasil os agentes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) têm buscado garantir os direitos dos migrantes a partir de diversos campos de atuação (BRASIL, 2011).

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO

Por esse viés, vale destacar o serviço de Abordagem Social, que atua promovendo a inserção desses sujeitos na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas. Esse serviço é disponibilizado no Centro Pop, no CREAS (Centro de Referência de Assistência Social) ou unidade referenciada da rede socioassistencial (BRASIL, 2011).

Ademais, o Centro Pop também atua através da reintegração desses sujeitos no mercado de trabalho e no convívio familiar, no acesso aos estudos, além de trabalhar com uma política de redução de danos.

“A gente trabalha a questão da reinserção familiar, social, integração junto ao mercado de trabalho, sabe? A demanda que o usuário traz, a gente trabalha. Por exemplo, o usuário está querendo arrumar um emprego, dar continuidade aos estudos, voltar a ficar perto da família, voltar a ficar perto de um ente querido, de um esposo, de uma esposa; lidar com algum vício de alguma substância psicoativa, parar de usar, se tornar abstinente. A gente trabalha essas questões todas”. (Diego)

“A gente tem um tempo que a gente usa para trabalhar com redução de danos, então, quanto mais reduzir os problemas que ocorre, melhor”. (Eduardo)

“Então assim, a gente tenta as vezes inserir eles no mercado de trabalho, tem um programa aqui na secretaria que dá essa oportunidade. Tem até alguns que já se inscreveram, um já foi encaminhado para entrevista, para trabalhar, arrumou emprego”. (Eduardo)

A dificuldade de reinserção no mercado de trabalho e no convívio familiar é intensificada a partir da reprodução de um discurso equivocado que imputa ao sujeito a responsabilidade por encontrar em vulnerabilidade social (PINHO; PEREIRA, LUSSI, 2019). Desse modo, o Centro POP atua buscando promover a visibilidade desses sujeitos que estão negligenciados, facilitando o seu regresso ao mercado de trabalho através de programas ofertados em parcerias com órgãos públicos (BRASIL, 2011).

Corpo técnico do Centro POP de uma cidade do interior da Bahia

No que concerne ao corpo técnico do serviço, os funcionários pontuam que embora seja composto por profissionais munidos de competência e responsabilidade, a intensa demanda faz com que se torne necessária a ampliação do quadro de servidores.

“Temos dois psicólogos, eu e a colega; a gente está precisando de um

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO

assistente social, temos dois educadores sociais, mas eu creio que poderia ser mais, eu acredito que deveria ter dois assistentes sociais também, além de dois psicólogos”. (Diego)

Embora os entrevistados tenham pontuado de forma breve acerca das necessidades em relação a ampliação da equipe técnica, fica evidente que há uma incongruência entre o que é descrito nas orientações técnicas e a realidade do serviço na cidade. Tendo em vista que, com base nessas orientações a equipe técnica deveria ser formada por um técnico de nível superior com formação, preferencialmente em Direito, pedagogia, antropologia, sociologia e terapia ocupacional; dois assistentes sociais; um coordenador; quatro profissionais de ensino médio ou superior especializado em Abordagem Social (quando esse serviço é oferecido); dois psicólogos; dois auxiliares administrativos (BRASIL, 2011). Sendo assim, constatou-se que a equipe técnica do serviço do local da pesquisa é formada apenas por dois psicólogos, dois educadores sociais, e no momento, não possui assistente social.

Alcance dos objetivos propostos pelo Centro POP

Tendo em vista os benefícios que o programa proporciona aos usuários, os entrevistados relataram que o Centro Pop tem alcançado, dentro do possível, os objetivos propostos. Eles citam que o sucesso do programa se dá devido as parcerias com outras fontes de apoio, como a Secretaria de Saúde, uma Comunidade Terapêutica da região, o Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e outras drogas - CAPS-AD, entre outros.

“Nós já conseguimos mediar para que alguns fossem beneficiados com o programa “minha casa, minha vida (...) O objetivo do serviço não é fazê-los mudarem de vida, mas a gente aponta o caminho, a gente tenta inserir em política pública para que eles possam ter a melhor vida possível, dentro do universo deles”. (Eduardo)

“Os usuários que expressaram o desejo de lidar com o alcoolismo, a gente conseguiu trabalhar essa questão junto com o CAPS-AD. A gente também tem uma parceria com uma comunidade terapêutica da região, a gente consegue isso também, reinserção familiar. A gente tem usuários que vivem

em situação de rua, passando por diversos tipos de violência, sendo usuários crônicos de substâncias psicoativas que a gente conseguiu trabalhar essa percepção neles de que a mudança que eles almejam pode ser trabalhada e alcançada”. (Diego)

Em conformidade com os estudos realizados observou-se no discurso dos entrevistados que os mesmos consideram a vontade dos sujeitos em situação de rua como um fator determinante para um resultado satisfatório do serviço. Segundo eles, nenhuma transformação se torna viável sem que os usuários se impliquem na tentativa de mudar suas realidades.

Entretanto, a partir de uma das falas de um dos entrevistados subentende-se um discurso que responsabiliza os usuários por se encontrem em situação de rua.

“E assim, surgindo a oportunidade e eles querendo, porque a questão dessas pessoas que estão na rua está mais por opção dele também do que falta de condição. Muitos deles aqui que frequentam tem casa, tem família, mas preferem viver na rua, convivem na rua. Não são todos que moram na rua, ou mesmo os que ficam na rua, muitos deles têm família, só que preferem ficar na rua”. (Eduardo)

Por esse viés, a situação de pobreza é vista como sendo facilmente passiva de reversibilidade, onde o Estado oferece um simples e passageiro auxílio a esses sujeitos, munidos do discurso utópico de que tal ação solucionará por completo todos os problemas relacionados a esse contexto. Um exemplo disso, são as políticas de cunho assistencialista do país (SOUZA *et al.*, 2009).

Segundo Jessé Souza *et al.* (2009), ao desconsiderar as determinações sociais, a sociedade acaba por culpar os pobres pelas condições em que vivem, enxergando-os não merecedores de certos direitos porque não se esforçaram o suficiente para saírem da situação em que se encontram e melhorarem de vida (SOUZA *et al.*, 2009). Nesse cenário, destaca-se a população de rua e as recorrentes violências sofridas por esta, ao ser rechaçada, negligenciada e culpabilizada por uma realidade determinada por múltiplos fatores, que independem de seus esforços.

Mudanças necessárias no serviço ofertado à população em situação de rua

No que concerne às mudanças necessárias para uma melhor atuação do serviço, os entrevistados disseram buscar realizar o seu trabalho de acordo com o que é disponibilizado em recursos, bem como apontaram a necessidade de uma

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO

ampliação e qualificação do corpo técnico, do oferecimento de oficinas e do retorno do serviço de solicitação de passagem.

“É, a gente trabalha com o que tem, se a gente for falar aqui, precisa de muita coisa para melhorar, mas a gente tem feito o máximo de esforço possível, o que a gente tem para oferecer, tentar passar para eles. A gente não tem como fazer tudo. A gente poderia ter várias oficinas, mas de vez em quando a gente faz, agora mesmo tem um educador nosso que faz uma oficina de letramento, ele prepara o material didático, para aqueles que tem interesse, para eles aprenderem a ler, escrever, tem surtido efeito, tem muitos que tem interesse, estão participando”. (Eduardo)

“Eu acredito que deveria ser dois assistentes sociais também, além de dois psicólogos. A estrutura física do serviço não deixa a desejar, ao meu ver. Mas assim, o corpo técnico qualificado também, não que não seja, mas aqui a gente precisa também de um acompanhamento, uma formação continuada. A secretaria de Desenvolvimento Social não deixa a desejar com relação ao corpo técnico, o único problema que está acontecendo agora com relação ao bom andamento do serviço, o que está faltando mesmo é a gente voltar a fazer o serviço de solicitação de passagem”. (Diego)

De modo geral, o Centro Pop consegue atender as necessidades básicas de seus usuários, todavia, constatou-se que ainda há muito o que fazer. No que concerne a estrutura física, apesar de não ter sido relatado pelos funcionários do local, observou-se que a unidade do local da pesquisa situa-se em um local distante e ermo. Tal fato evidencia a manutenção do processo de segregação dos indivíduos em situação de rua.

Papel do psicólogo

No que diz respeito as funções desempenhadas no Centro Pop, cabe destacar a atuação do profissional de psicologia, que nesse âmbito, não se baseia na prática da psicoterapia, mas sim no atendimento grupal, que segundo ele, parece surtir mais efeito.

“O SUAS, Sistema Único de Assistência Social nas suas tipificações, preconiza que o atendimento psicológico no Sistema Único de Assistência Social saía desse atendimento clínico, haja vista que a demanda é muito intensa. Eu busco trabalhar as questões mobilizadoras do usuário, eu procuro inclusive não atendê-lo entre quatro paredes, porque muitas vezes o atendimento individual meio que intimida o usuário, muitos tem resistência a se abrir e aí eu procuro ao invés de atendê-los aqui dentro da sala, vou até eles no pátio, faço atendimento mais em grupo. Eu vejo que é mais eficaz um atendimento em grupo, uma roda de conversa, uma

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO

dinâmica só para quebrar gelo. Eu trago um tema, ou eles mesmos levantam um tema, trazem um tema que eles gostariam de abordar, que condiz com a realidade deles, seja violência, preconceito, racismo...enfim". (Diego)

Nesse seguimento, o psicólogo assinala acerca do que ele considera como ponto crucial de sua atuação: dar voz e visibilidade aos sujeitos em situação de rua. Desse modo, ele busca acolher e ouvi-los sem julgamentos.

"Eu vejo que para além disso, o fato de você dar atenção a eles, dar ouvidos, dar voz, atender eles. Às vezes eles só querem alguém para conversar, alguém com quem desabafar e isso é importante demais, você vê a diferença, você vê que a pessoa sai daqui mais acolhido, mais aliviado, começa a pensar melhor na vida dela. Às vezes eles querem que a gente ajude a resolver as coisas para já. E não cabe a nós julgarmos a forma como eles vem buscar as coisas deles. O que eu faço é acolher eles, faço o acolhimento, vejo o que eles estão precisando. Muitos deles veem em mim uma pessoa com quem contar". (Diego)

Há ainda de se ressaltar o que o psicólogo traz em sua fala sobre trabalhar pelo viés da psicologia social e da psicologia dos grupos, pois acredita que desta forma contribui para um melhor atendimento a esses indivíduos.

"Agora assim, em termos da psicologia, é psicologia social, psicologia dos grupos. Tem que dar voz e vez para eles e buscamos isso. Quando é uma conversa individual, quando é algo mais "tête-à-tête", "chamar na chinha", a gente faz isso também". (Diego)

Mediante ao exposto, cabe ressaltar, que segundo Martín-Baró (1997) o processo de conscientização propõe que o ser humano se transforma ao mudar sua realidade; refere-se a uma gradual decodificação dos mecanismos de opressão e dominação, levando o sujeito a entender o que o levou a viver em determinadas condições e a construir uma nova identidade (MARTÍN-BARÓ, 1997). É a partir dessa perspectiva que o psicólogo deve pautar sua atuação, visando alcançar mudanças efetivas que promovam o rompimento de uma visão superficial acerca da realidade vivenciada por pessoas em situação de rua (MARTÍN-BARÓ, 1997).

Desse modo, o psicólogo ao trabalhar com pessoas em situação de rua não deve priorizar apenas uma simples mudança de opinião desses sujeitos acerca de sua realidade, mas sim, buscar promover uma mudança nas pessoas no processo de transformar sua relação com o meio ambiente e, especialmente, com os demais. O desencadeamento de mudanças é facilitado pelo processo de conscientização, a

partir de uma ruptura com os elementos que alicerçam uma ideologia alienante das camadas populares menos favorecidas (MARTÍN-BARÓ, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada foi possível constatar que o acesso às políticas públicas facilitam o processo de reintegração dos sujeitos em condição de rua à sociedade, tendo em vista que, em decorrência do seu estado de vulnerabilidade social, estes são invisibilizados e negligenciados em todas as esferas sociais. Tais políticas tentam promover a autonomia desses indivíduos a partir de atuações que incentivem o seu retorno aos estudos, bem como ao mercado de trabalho, a fim de facilitarem um processo de retomada para construção de um novo plano de vida. Entretanto, observou-se que apesar de seu propósito, alguns serviços acabam adotando práticas assistencialistas e funcionando como uma simples e passageira ajuda incapaz de abarcar de modo satisfatório às demandas, uma vez que não contemplam o sujeito em sua totalidade.

Por esse viés, observou-se que os serviços prestados se caracterizam como adjutórios superficiais, não alcançando o cerne da demanda e, por esse motivo, também não cumprem, na prática, os objetivos previstos na teoria dos documentos legais que tratam dessa instituição. Tal constatação evidencia uma constância nos diversos equipamentos do governo que, se tornam fragilizados pela inadequação ao que se prevê em seus marcos regulatórios. Com isso, muitas vezes podem perder a capacidade de atuar com a eficácia e complexidade necessárias para sanar as demandas estruturais que a desigualdade social explicita. Fornecendo subsídios necessários apenas para a sobrevivência dos usuários sem, de fato, elaborar estratégias apropriadas para a inserção social desse sujeito, promove-se uma cultura de subserviência em detrimento da viabilização do processo de cidadania. Essa crítica serve como suporte para contribuir na ordenação desses serviços. Compreende-se e defende-se o papel exercido pelas Políticas de Assistência Social no Brasil, com seus avanços nas últimas décadas. Contudo, o processo de combate à desigualdade e de estruturação de uma rede de atenção deve ser contínuo, sempre passível de revisões.

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL: CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO

Nesse sentido, é imprescindível a promoção de incessantes processos que viabilizem a desalienação social, a fim de que se desenvolva a construção de metamorfoses sociais palpáveis e válidas. Para isso, faz-se necessário um processo de libertação autêntico entre a relação de opressão e a organização social exploradora.

Nesse seguimento, no município do interior da Bahia, onde foi realizado o presente estudo, verificou-se que o Centro POP apresenta limitações em cumprir de modo efetivo as questões citadas anteriormente.

Ademais, cabe ressaltar as contribuições do profissional de psicologia na tentativa de facilitar o processo de transformação de um grupo minoritário em uma minoria ativa. Essas contribuições se dão a partir do processo de conscientização da sociedade, que deve se constituir como horizonte primordial do “*quefazer*” do psicólogo. Para tanto, é de suma relevância que o psicólogo majoritariamente tenha conhecimento e compreenda a realidade a qual a população-alvo está inserida, bem como um encadeamento de desalienação de pessoas e grupos oportunizando a construção de um pensamento crítico sobre si mesmos e sobre sua realidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLENZANI, R.; MALFITANO, A. P. S. **Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual: um olhar a partir da articulação entre saúde e direitos humanos**. Saude soc., v.15, n.3, p.115-130, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Reimpressão. Brasília, 2009a.

_____. Ministério da Cidadania. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009b.

_____. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializada para a População em Situação**

**A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU COMPROMISSO
ÉTICO-POLÍTICO COM O COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL:
CENTRO POP E PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO**

de Rua – SUAS e População em Situação de Rua. Brasília: Editora Brasil LTDA, V.3, 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016.

CASTELLS, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

COSTA, A. P. M. **População em situação de rua: contextualização e caracterização.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 4, n. 1, p. 1-15, 26, 2006.

FERREIRA, F. P. M. **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e seus Macro Determinantes.** Saúde soc., São Paulo, v.20, n. 2, p. 338-349, 2011.

FIORATI, Regina Célia *et al.* **População em vulnerabilidade, intersetorialidade e cidadania: articulando saberes e ações.** Saúde soc., São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1458-1470, 2014.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. **Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social.** Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.467-475, 2009.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Orgs.). **Novas veredas da Psicologia Social.** São Paulo: EDUC/Brasiliense, 1995.

LOPES, R. E. *et al.* **Juventude pobre, violência e cidadania.** Saúde soc., v.17, n.3, p.63-76, 2008.

MARTIN-BARÓ, I. **O papel do Psicólogo.** Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997.

PINHO, R. J.; PEREIRA, A. P. F. B.; LUSSI, I. A. O. **População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva.** Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 27, n. 3, p. 480-495, 2019.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, J. *et al.* **Ralé Brasileira quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde**. Saúde soc., São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, 2004.

Dossiê:

TRANSDISCIPLINARIDADE EM PSICOLOGIA: AS PSICOLOGIAS E SEUS CONTEXTOS

Organizadores

**Augusto Cesar Soares da Cunha
Gênesis Guimarães Soares**



www.editorapeixeazul.com

CONEXÕES VIRTUAIS NO BRASIL E MUNDO DA PANDEMIA

“Tudo demorando em ser tão ruim.”
— Caetano veloso e Gilberto Gil

DOI: [10.5281/zenodo.5150858](https://doi.org/10.5281/zenodo.5150858)

Anna Amélia de Faria

Fez pesquisa de pós-doutorado, em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade de Brasília, em 2013. Doutora em Letras e Linguística "Documentos da Memória Cultural" pela Universidade Federal da Bahia, em 2009. Mestre em Comunicação pela UnB (2003). Graduada em psicologia, em 2005 pela Universidade São Marcos. Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Professora do do Mestrado Profissional Psicologia e Intervenções em Saúde, da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, EBMSP. Psicanalista. Área de atuação: psicanálise de orientação lacaniana. Coordenadora da linha de pesquisa Psicanálise, Cultura e Corpo. annafaria@bahiana.edu.br <https://orcid.org/0000-0001-6354-4820>

Juliana Maia Borges Sampaio

Graduada em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialização em Marketing pela Universidade Salvador (UNIFACS). Mestranda do programa de Mestrado Profissional de Psicologia e Intervenções em Saúde. Atua como sócia diretora da Maia Comunicação. Integra a linha de pesquisa Psicanálise, Cultura e Corpo julianaborges.pos@bahiana.edu.br <https://orcid.org/0000-0001-5909-9031>.

Natália Barreto de Mesquita

Graduanda em Psicologia na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Bolsista de iniciação científica pela EBMSP na linha de pesquisa Psicanálise, Cultura e Corpo. nataliamesquita18.1@bahiana.edu.br <https://orcid.org/0000-0002-5793-996>

Nina Martins Guimarães

Graduanda em Psicologia na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Integra a linha de pesquisa Psicanálise, Cultura e Corpo. nimargui0610@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-6436-6146>

Maria Clara Reis Andrade

Graduanda de psicologia pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Bolsista de iniciação científica pela FAPESB na linha de pesquisa Psicanálise, Cultura e Corpo. mariaandrade19.1@bahiana.edu.br <https://orcid.org/0000-0003-0503-6320>

RESUMO

Este artigo tem por objetivo, apresentar os frutos do projeto “Narrativas de sofrimentos psíquicos em época da pandemia do Coronavírus”, iniciado em 2020 e vinculado à linha de pesquisa “Psicanálise, Cultura e Corpo”, que está integrado ao Grupo de Pesquisa “Psicologia, Diversidade e Saúde”, da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Para isso, foram compilados os trabalhos produzidos por estudantes da linha, todos com metodologia qualitativa: um artigo de conclusão de curso, dois projetos de iniciação científica e um projeto de mestrado profissional. Resultando na ampliação de discussões sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação durante a pandemia do novo Coronavírus. Além disso, os artigos dialogam entre si, pois trazem reflexões críticas e políticas dentro da psicologia e de outros campos epistemológicos que conversam com o atual contexto caótico do Brasil.

Palavras-Chave: Covid-19. Redes sociais. Sofrimento psíquico.

RESUMEN

Este artículo pretende presentar los frutos del proyecto "Narrativas de sufrimiento psicológico en la época de la pandemia del Coronavirus", iniciado en 2020 y vinculado a la línea de investigación "Psicoanálisis, Cultura y Cuerpo", que se integra en el Grupo de Investigación "Psicología, Diversidad y Salud", de la Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Para ello, se recopilaron los trabajos realizados por los alumnos de la línea: un artículo de conclusión de curso, dos proyectos de iniciación científica y un proyecto de máster profesional. El resultado es la ampliación de los debates sobre el uso de las tecnologías de la información y la comunicación durante la pandemia del nuevo coronavirus. Además, los artículos dialogan entre sí, ya que aportan reflexiones críticas y políticas dentro de la psicología y otros campos epistemológicos que dialogan con el actual contexto caótico de Brasil.

Palabras clave: Covid-19. Redes sociales. Angustia psicológica.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta resultados do projeto de pesquisa, “Narrativas de sofrimentos psíquicos em época da pandemia do Coronavírus” que tem como integrantes, uma professora coordenadora, uma mestranda, três graduandas bolsistas de iniciação científica e uma graduanda do curso de Psicologia. O projeto foi iniciado em 2020 e é vinculado à linha de pesquisa “Psicanálise Cultura e Corpo”, integrado ao Grupo de Pesquisa “Psicologia, Diversidade e Saúde”, da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.

No momento, apresentaremos os resultados obtidos no projeto de pesquisa “Narrativas de sofrimentos psíquicos em época da pandemia do Coronavírus”, cuja participação engloba estudantes da graduação e da iniciação científica em Psicologia, com e sem bolsa de estudos, e uma estudante do mestrado profissional da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.

Desenvolvemos pesquisas e produtos a partir do entrelaçamento da ocorrência pandêmica com tecnologias virtuais da rede social Instagram e site relacionados ao projeto de pesquisa. Entendemos que a utilização desses dispositivos – que ambientam o espaço e realidades virtuais – advém como possibilidade de construção, perfazendo uma espécie de pactuação entre operadores deterministas - que valoram e se alinham ao *status quo* - aos disruptivos, críticos e alternativos. No entanto, mesmo que haja as circunscrições, as percepções e os usos da rede se multiplicam nas funções ligadas a uma cornucópia de utilizações: da sexualidade, de uma vastidão de informações, e das reflexões críticas e políticas. Essa malha situa-se, não como um integrado sintético, mas como um espaço de expandidas versões que se desdobram, existências em disputas e recobertas por diversos véus. Com isso, prestígio e valor se entrelaçam, pautando e retomando *headlines* de notícias de circulação diferenciada.

Dito de outra forma: neste escrito, apresentaremos levantamentos, análises e produtos gestados em grupo. Inclusive, estamos cientes dessa época em que o pavor pandêmico se embate com negacionismos, *fake news*, postulações científicas. Nesse espaço, trabalhamos com a Psicologia combinada a outros campos epistemológicos, reconhecendo-os enquanto potentes suportes interpretativos. São elementos colaboradores para agenciar nossa percepção e afeto, para lidar com tessituras subjetivas, atravessadas pelas dores psíquicas advindas de medos,

angústias e dúvidas, ligando-se, de alguma maneira, ao mal-estar que nos alcança e nos produz.

Mostraremos nossos pensamentos e como criamos as nossas inclinações, que nos votam ao querer pesquisar mais. E se, em um ano, as notícias bombásticas abalam a nós e a muitos outros, nem por isso abdicamos da nossa responsabilidade e entusiasmo com a pesquisa, que é pródiga em nos carregar, espécie de um a mais de vida, alimentando as ações e esperanças que em nós agem.

Trazemos nosso ativo compromisso com a realidade da pesquisa que vê, nas tecnologias das informações, além de perigos a serem reconhecidos e elencados, dispositivos para organizar, reorganizar e desorganizar sentidos, ambientados em compreensões ideológicas porque, para nós, tudo o que impressiona é político e valorado.

DIALOGANDO COM MÍDIAS SOTEROPOLITANAS

A pesquisa intitulada de “Saúde Mental da População e sua Relação com as Redes Sociais durante a Covid-19”, é facilitada pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, através do auxílio com a bolsa de iniciação científica. Considera, como dito acima, o contexto de distanciamento social adotado mundialmente como medida de desaceleração e achatamento da curva de contágio. Esse contexto trouxe impactos para a saúde mental da população e afetou a forma de se relacionar com as redes sociais pois, devido a mudança abrupta da rotina e as notícias que se tornaram majoritariamente negativas, as redes passaram a ser uma opção de distração, de se fazer presente aos amigos e familiares, uma das maneiras de buscar por informações e em certa medida, uma forma de suprimir os medos, angústias e dúvidas que são produto ou foram acentuados nessa pandemia.

Portanto, a pesquisa tem como objetivo, compreender as expressões de sofrimento psíquico e sua relação com as redes sociais durante a Covid-19. Para o alcance desse objetivo, foi feita uma análise dos jornais “A Tarde” e “Correio”, com o intuito de elaborar de que forma o uso excessivo de redes sociais compromete a saúde mental da população soteropolitana. Como metodologia selecionada, foi escolhida a análise documental por se tratar de uma pesquisa de ordem qualitativa

e, apesar dos jornais serem uma base de dados não indexados, eles são informativos midiáticos. Em outras palavras, contribuem para a compreensão do que está sendo passado para a população e qual o retorno desta, sobre o sofrimento psíquico e uso das redes.

Através da busca nas bases de dados selecionadas, 33 matérias foram escolhidas, até o momento, por se aproximarem do objetivo da pesquisa. A busca se deu a partir do uso das palavras-chave: redes sociais; covid-19 e saúde mental. O material recolhido foi separado de acordo com a natureza da sua fonte de informação, em 2 categorias: jornal “A tarde”; jornal “Correio”. Tendo as 2 categorias, 3 subcategorias cada: redes sociais, covid-19 e saúde mental.

No tocante às redes sociais, as matérias perpassam por política, educação e entretenimento. A política que afeta diretamente o combate a propagação do novo Coronavírus, a educação que se torna um desafio por conta do distanciamento, pela falta de plataformas específicas e equipamento, principalmente em colégios públicos, e o entretenimento, que é buscado como uma forma de combate a retração social, tristeza, irritabilidade, estresse e pensamentos angustiantes.

Quanto à política, há no Brasil, uma tendência ao negacionismo. Possível de perceber pela agressão à democracia, desvalidação das mortes, incentivo à automedicação, desinformação e disseminação de Fake News.

(...) a falta de coordenação do governo federal, a falta de diretrizes comuns, o jogo de informações cruzadas e contraditórias serviram de estímulo para desistir do isolamento e restringiram as possibilidades de controle. Existem imensas dificuldades que devemos enfrentar hoje, particularmente no Brasil, para construir uma política de gestão da pandemia que respeite os direitos humanos aceitando as necessárias restrições impostas pelo isolamento (CAPONI, 2020, p.3).

A educação em tempos de pandemia teve seu modelo reformulado e facilitado pelo uso das redes sociais, se transformando - predominantemente - no ensino a distância (EAD). Entretanto, devido à crise econômica e os altos índices de desigualdade no país, uma parcela da população não pôde se readaptar ao novo modelo de ensino, seja em escolas, creches ou universidades. Dessa forma, houve conseqüentemente o aumento da evasão escolar. Ou seja, a pandemia potencializadora do:

(...) aumento da desigualdade, uma vez que assimetrias socioeconômicas e educacionais pré-existentes tenderam a se reproduzir de modo ampliado em um contexto de isolamento social e crescente convergência para estratégias de ensino da terceira revolução industrial, com base em tecnologias de informação e comunicação que não são plenamente disponíveis ou acessíveis a todos estudantes e professores. (SENHORAS, 2020, p.9).

A busca por entretenimento durante o isolamento social tem se mostrado crescente. Por parte dos consumidores que, como dito anteriormente, utilizam a internet como válvula de escape de pensamentos angustiantes, tristeza, estresse e irritabilidade. Quanto aos produtores, também cresceu o número de pessoas que utilizam as redes sociais como forma de atrair consumidores para seus produtos, ao mesmo passo em que aumentou a quantidade de pessoas que criam postagens para, assim como os consumidores, se desvincular por alguns instantes da carga negativa da pandemia.

Sobre saúde mental, as matérias vão desde cartilhas criadas para orientar profissionais de saúde, do pânico instaurado ao aumento no número de casos de depressão e ansiedade que mostram que diante de questões cruciais de sobrevivência, é impossível ter “mente sã, corpo sã”. Nesse ano de 2021, o mês de janeiro - que é destinado a causa da saúde mental - ganhou ainda mais força, destacando os fatores que influenciam o impacto psicossocial relacionados à magnitude da pandemia e ao grau de vulnerabilidade em que a população se encontra. Relembrando da importância do cuidado de si e do outro.

A Covid-19, chamada cientificamente de Sars-CoV-2, tomou conta dos jornais com o intuito de informar a população sobre o que acontece no país e no mundo. As notícias vão desde número de casos de pessoas infectadas a quantidade de pessoas vacinadas. Enquanto este artigo é escrito, “a pandemia continua ainda o seu curso trágico pelo mundo, isto é, mortífero, amargo, inesperado, sempre flagelante e ainda acelerado” (BIRMAN, 2020, p.14). Entretanto, as taxas de vacinação representam afago aos que ainda buscam alguma esperança.

Portanto, considerando os efeitos da pandemia nos aspectos sociais, econômicos políticos, culturais e sanitários, ao final da pesquisa e com o acompanhamento das mídias, espera-se ser possível pensar em estratégias que possam contribuir de forma positiva para discussões na psicologia sobre os cuidados com a saúde psíquica da população e suas relações com as redes sociais. Além da possibilidade de respaldo científico para que a psicologia contribua com as

novas demandas e subjetividades emergentes desse período pandêmico.

A PANDEMIA E OS NOVOS *HABITUS* E *ÉTHOS* SOCIAIS

Novas perspectivas nos contextos das relações pessoais, do trabalho, da educação, do mercado, da economia e dos mais diversos segmentos da sociedade vêm se constituindo a partir das recentes ferramentas de comunicação digital que, cada vez mais, têm se imposto no cotidiano fundando novos *habitus* e *éthos* na sociedade contemporânea. Fato que, nas duas últimas décadas, vem alterando a expressão da subjetividade dos indivíduos. Com o advento da pandemia do novo Coronavírus, em 2020, lança-se um intenso catalizador nessas transformações, devido ao isolamento social imposto como forma mais segura de evitar a contaminação em massa (OMS, 2020).

Nesse contexto, o projeto Redes Sociais na Quarentena: Influências na Saúde Mental de Docentes de uma Instituição de Ensino Superior da Bahia vem sendo desenvolvido no âmbito do programa de Mestrado em Psicologia e Intervenções em Saúde da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Em fase de análise de dados, o estudo tem como objetivo compreender os efeitos do uso das redes sociais digitais Twitter, Instagram e Facebook na condição psíquica de docentes de uma instituição de ensino superior do estado da Bahia, durante o período do isolamento social da pandemia do COVID-19, em 2020.

É inegável que a internet se tornou fundamental para a vida contemporânea. Seja para realizar atividades de lazer, estudo, trabalho, consumo e, principalmente, comunicação, é por meio da web que boa parte da população o faz, na grande maioria dos casos. Moromizato et al. (2017) coloca que as relações com a internet vão além dos benefícios, deixando vir à tona resultados como o uso de forma *desadaptativa* e a adicção por Internet que, segundo a autora, já é considerada uma epidemia do século XXI que trará como reflexo um problema de saúde mental em dimensões globais.

Moura et al. (2019, p. 61) aponta comportamentos nocivos nas relações de indivíduos com a *web* quando estão vivenciando algum conflito pessoal, com outro(s) indivíduo(s) ou passando por uma questão que o leve a um sofrimento emocional e psíquico interno. Esses usuários passam a preferir o contato on-line “tornando a internet um fator protetivo para seu bem-estar, levando-os ao isolamento,

vivenciando a vida ideal de forma virtual".

Maíra Sandes Moromizato (2017) explica que a adicção por internet, dependência, uso patológico, vício ou uso problemático são termos utilizados como sinônimos na literatura para nomear esse uso desadaptativo. Desta forma, a dependência de internet pode ser entendida como um transtorno que leva em conta o uso compulsivo, o tempo excessivo de conexão e sua falta de controle com esse tempo, entre outros.

Esses indivíduos tornam-se mais suscetíveis a desenvolver transtornos como "depressão, ansiedade, déficit de atenção, transtorno de ansiedade social (fobia social) e transtorno obsessivo-compulsivo, além de alguns sintomas como irritabilidade, insônia, agressividade e falta de foco" (MOURA et al. 2019, p. 61).

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) e publicada no ano de 2017 revelou que 70% da população do Brasil tem acesso à internet e, deste montante, 97% utilizam smartphones para navegar na rede digital. O estudo "Digital in 2018: The Americas" realizado pela consultoria *We are Social e Hootsuite* aponta que 62% da população brasileira - aproximadamente 130 milhões de pessoas - é ativo nas redes sociais digitais.

No dia 20 de março de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (Brasil, 2020) decreto legislativo determinando Estado de Calamidade Pública em todo o território nacional, por conta da Pandemia da COVID-19. Paulatinamente, cada cidade e estado, por meio de suas legislações locais e regionais, passou a adotar protocolos de prevenção, sendo o mais importante e indicado pela OMS, o regime de quarentena com isolamento social.

É nesse momento do distanciamento físico que ferramentas de comunicação on-line entram em ação. Se o uso da internet e das redes sociais já vinha sendo intenso nos últimos tempos, com o advento da Pandemia da COVID-19 esse hábito foi ainda mais intensificado, por conta do isolamento social. Para grande número da população, atividades como trabalhar, estudar e fazer compras passou a ser mediada exclusivamente pelos computadores e smartphones conectados à *web*.

Em pesquisa realizada pela consultoria americana KANTA (2020) em abril de 2020, com o isolamento domiciliar para evitar o contágio pelo Coronavírus, houve um aumento de 40% no acesso às redes Facebook, Instagram e WhatsApp. A pesquisa considerou um universo de 25 mil pessoas em 30 países.

O distanciamento físico – imposto como norma de segurança sanitária a fim

de evitar a contaminação pelo novo Coronavírus-, incide de forma particular na população brasileira, tendo em vista a sua cultura de demonstração de afeto, por meio do toque físico. Joel Birman (2020) chega a afirmar que essa mudança corporal do *habitus* e do seu corolário estrutural, o *éthos*, já vem ocorrendo e prevê uma permanência de novas formas de manifestação do afeto, fundando novas condições corporais e refletindo no modo como o indivíduo ocidental, particularmente latino e brasileiro, se socializará. O que incorrerá em um novo conceito de liberdade do sujeito.

Em consequência da interdição sanitária de proximidade corporal, os cumprimentos de mãos, assim como os abraços, carícias e beijos serão igualmente proibidos, como, de fato, já estão sendo na pandemia, impactando de maneira mais radical ainda as nossas normas de socialização primária, subvertendo também o nosso sistema de normas corporais e subjetivas fundamentais. Com efeito, as novas regras estão incidindo decisivamente nos sistemas de *habitus* e do *éthos* que nos formam desde o princípio do processo de socialização, historicamente regulado, no Ocidente, segundo o conceito apresentado por Bourdieu, no discurso sociológico que formulou sobre a teoria da prática social (BIRMAN, 2020, p. 90).

A interdição de toques, beijos e carícias, que se consubstanciam como proximidades corporais e que caracterizam o nosso estilo de existência nos registros éticos e estéticos, nos afeta bem mais do que aos indivíduos de países norteados pelas tradições anglo-saxônica, nórdica e asiática, onde o distanciamento corporal já estaria instituído cultural e socialmente há muito tempo nas histórias e nas mentalidades dessas diferentes tradições (BIRMAN 2020, p. 91).

O estudo, de abordagem qualitativa, é de caráter descritivo e exploratório a fim de proporcionar maior aproximação com o objeto de estudo, neste caso, a relação dos usuários com as redes sociais, e por ser este um tema com referencial teórico recente.

Desta forma foi aplicado como instrumento de coleta de dados um questionário a fim de identificar possíveis mudanças nos hábitos de uso das redes sociais e suas consequências no estado psíquico dos participantes da pesquisa.

Esse questionário foi misto, com perguntas abertas e fechadas, e disponibilizado pela plataforma online *Google Forms*. Sua distribuição deu-se pelo método bola de neve (*Snowball*), pelo fato de o grupo de indivíduos a ser pesquisado ser limitado e com características específicas (professores de ensino superior, em atividade de docência de uma instituição de ensino do estado da Bahia).

Inicialmente, foram identificados docentes dos cursos de graduação e

pós-graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* da instituição escolhida, para quem o questionário foi encaminhado e a quem foi solicitada a indicação de outros pares, segundo as mesmas características do perfil da amostra.

O questionário foi aplicado nos meses de janeiro e fevereiro de 2021, após ter sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, sob o CAAE 4.418.579. O estudo encontra-se em fase de análise de dados.

O tratamento dos dados coletados será realizado em três etapas: descritiva, observando as respostas contidas no questionário; análise de conteúdo, com a categorização dos temas propostos no questionário e interpretação final dos dados, estabelecendo um diálogo da análise com a fundamentação teórica adotada, informações de outros estudos e as narrativas dos pesquisados para buscar sentidos mais amplos.

Além de compreender de forma clara como se processam as relações humanas no ambiente das redes sociais digitais, em particular durante a quarentena da Pandemia da COVID-19, no ano de 2020, a pesquisa também pretende apresentar a abertura de novos caminhos para um melhor relacionamento dos usuários com as redes sociais digitais, colaborando com formas construtivas de sua utilização nos contextos pessoal e profissional.

SOFRIMENTOS PSÍQUICOS

Diante da crise do Coronavírus, como dito anteriormente, o afastamento social fez-se necessário para diminuir a curva de expansão do vírus e evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde em todo o planeta. Em consequência disso houve uma mudança radical das rotinas, escassez de suprimentos, perdas financeiras e perdas de entes queridos. Além do sofrimento causado diretamente pela crise de saúde, temos ainda situações de vulnerabilidade que já eram comuns antes da pandemia, mas que se agravaram nesse cenário tais como o racismo, a violência contra mulheres, o abuso sexual infantil, as desigualdades sociais e o desemprego, uma vez que a crise de saúde deflagrou uma crise política e econômica. Nesse cenário, surgiram diversos debates sobre as repercussões biopsicossociais da pandemia e do período pós-contágio, especialmente na psicologia e na filosofia como a necropolítica, o ecofascismo, o negacionismo científico e o agravamento dos

transtornos mentais.

Compreendendo necropolítica como política da morte, esta exerce controle sobre quem deve viver e quem deve morrer. Tal política de controle social opera em tempos de pandemia mais fortemente através da exploração e do extermínio dos corpos, e principalmente pela precarização da vida, visto que ao precarizar uma vida está torna-se descartável.

Tendo em vista a necessidade de dar visibilidade aos debates que cercam a pandemia do Coronavírus e as repercussões psicossociais durante e posterior ao contágio e ao mesmo tempo fazer compreender minuciosamente os efeitos dessa crise, está sendo desenvolvido o projeto: “Pensamentos filosóficos/ políticos e sofrimentos em época de Coronavírus” com o auxílio da bolsa concedida pela instituição FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia).

A pesquisa será de caráter documental tendo em vista que se trata de um tema recente e possibilita a utilização de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Primeiramente foi feito um levantamento de leitura e análise sobre os discursos que cercam a pandemia. As fontes consultadas foram em base indexadas, como scielo e pepsic, e bases não indexadas, como sites de notícia e sites relacionados à saúde. A segunda etapa consistirá em compartilhar os conteúdos estudados na página do Instagram @pensarcovid (que já se encontra em atividade), mantendo-a atualizada de acordo com as pautas que surgem, incluindo dessa forma postagens informativas, reflexivas e orientações.

A vantagem de utilizar o Instagram é tornar mais acessível esses conteúdos, atingindo uma maior diversidade de público visto que a plataforma permite apresentar as informações de forma mais sintética capazes de alcançar os públicos que não possuem interesses muito específicos. Além disso, a rede social favorece o compartilhamento, a divulgação e o engajamento uma vez que tendemos a ser imediatistas e é comum, devido a rotina acelerada, que a população não tenha disponibilidade para ler textos mais completos.

Ao final do projeto espera-se que seja possível incluí-la em revistas indexadas, apresentá-la em eventos científicos, mostras científicas e/ou congressos a fim de promover conhecimento e reflexões críticas aprofundadas sobre os sofrimentos psíquicos resultantes da pandemia, além de contribuir com futuras

pesquisas científicas na área.

SEXUALIDADE E O VIRTUAL NA PANDEMIA

Por fim, outro trabalho relacionado a linha de pesquisa foi trabalho de conclusão de curso do curso de psicologia defendido no fim de 2020, do qual foi gerado o artigo, ainda em processo de publicação, intitulado “*Coronasexting: uma revisão de literatura sobre sexualidade nos meios virtuais em tempos de pandemia*” foi desenvolvido com o objetivo de compreender como os estudos abordam a sexualidade das pessoas que não se encontram em relações estáveis durante a pandemia de COVID-19, com o objetivo específico de analisar o papel das tecnologias de comunicação na forma como a sexualidade são exploradas.

A implementação de recursos tecnológicos e da internet têm alterado a forma com que a sexualidade se apresenta na vida das pessoas, popularizando recursos como a pornografia, aplicativos de relacionamento e de brinquedos eróticos. A ideia de uma sexualidade baseada em uma conveniência virtual - onde o consentimento não é um fator a ser considerado -, e a lógica de consumo desenfreado capitalista que tem se afluído nos últimos anos e é influenciada diretamente pelas construções sociais.

Entendendo a sexualidade como um dos indicadores de saúde, como Graugaard escreveu em seu artigo de 2017, e sofrendo influências do meio em que os indivíduos se encontram, principalmente no contexto de relações pautadas na lógica mercadológica capitalista de fortalecimento do ego em detrimento do erotismo, o que o filósofo Byung Chul Han afirmou em seu livro “a agonia do eros” (2017) ser uma “narcisificação do si-mesmo” e facilitar os processos depressivos e solitários, além do aumento de acessos a aplicativos de relacionamento - que promoveram adaptações em ferramentas de usuário - e sites de pornografia, e aquisição de brinquedos eróticos durante o período de isolamento social, com lojas de artigos eróticos relatando aumento de vendas de 475%, com vibradores sendo os mais procurados (PRADO, 2020). com isso, a pesquisa se propôs a responder a seguinte pergunta de pesquisa: “Como as pessoas solteiras lidam com a solidão quando querem se relacionar sexual ou afetivamente?”.

O método escolhido foi a revisão integrativa de literatura, uma vez que é uma forma de ampliar as possibilidades de análise para além da coleta de literatura foi

desenvolvida em agosto de 2020 nas bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System online* (Medline), arquivo de periódicos CAPES e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). se resultou dessa busca o total de 5 artigos, que foram trabalhados. Não foi possível, entretanto, encontrar trabalhos em português ou localizados na realidade brasileira, pela brevidade das buscas, limitando o trabalho a uma revisão universalizada a fim de fomentar mais pesquisas na área.

Dentre os resultados, foi possível observar que o estresse gerado pelo momento de tensão de pandemia tem influência negativa na experiência sexual e nos níveis de desejo, principalmente aos que relatam ter problemas prévios de saúde mental e a minorias sociais, que acabam perdendo contato com sua rede de apoio. A mudança da rotina e a adaptação ao *home office*, com horários mais flexíveis geraram acessos prolongados a sites de pornografia, principalmente no período da madrugada.

Os aplicativos de relacionamento se mostraram uma forma de manter o contato com a vida social, já que muitos adaptaram suas plataformas para não ser mais necessário a circulação de pessoas para o funcionamento de seus algoritmos e exibir mensagens encorajando as pessoas a permanecer em casa e em isolamento, o que gerou os acessos expressivos de usuários que muitas vezes os utilizava para ter companhia. mesmo assim, foi possível identificar que muitos ainda preferem arriscar a quebra do isolamento a fim de ter o contato social, principalmente entre jovens e adolescentes, destacando a sexualidade também como uma forma de buscar afetividade, não só prazer corporal.

Com o fim deste artigo, espera-se publicá-lo em revistas científicas a fim de promover uma discussão em meios acadêmicos sobre a sexualidade durante esse período de pandemia e seus desdobramentos.

CONCLUSÃO

Conclusões sempre provisórias, a pandemia não acabou e, ao invés disso, no final de março de 2021, o Brasil está ranqueado como o número um em mortes por causa dela. Esse triste panorama impede haver possibilidades diagnósticas e prognósticas, e assistimos, portanto, com perplexidade e preocupação, a continuada ausência de uma política federal centralizadora que estabeleça, com abrangência, uma política pública sanitária, que inclua os Estados, para enfrentar esse enorme desafio letal e desorganizador. Aprendemos da pior maneira que a imunidade de rebanho não ocorreu, ao contrário, o Brasil firma-se como território ideal de mutações. E nós, da área da saúde mental, vemos antigos problemas ganharem contornos insalubres, causadores de infindáveis sofrimentos psíquicos. As desigualdades, aprofundadas e expostas, agridem e isolam mais os que menos possuem. O desemprego combina-se a outras carências que, sucessivamente, traumatizam as pessoas de todas as idades: jovens com inúmeras dificuldades de acesso a tecnologias para estudar, agressões contra mulheres e crianças, surtos, depressão, estresse, crises de choro, nosso futuro encontra-se diminuído. Os lutos se amontoam e, para cada ente amado que se vai, uma fratura, frincha aberta que a ausência cava, algo para ser organizado pela narrativa.

Eis-nos, nessa agressiva e transtornada realidade, aqui, pessoas que trabalham com o simbólico, com a leitura de (ir)realidades, pesquisando, pensando, analisando histórias que nos chegam em bites e em outras camadas de virtual que, de uma hora para outra, com toda desigualdade e dificuldade que carregam, envolvem e recobrem o im-possível. Para nós, cabeças pesquisadoras, afetadas e tramadas nas cenas políticas, e de tantas outras histórias, contar, pesquisar é o modo de incluir, chamar por solidariedades e apostar em um mais de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRMAN, Joel. **O trauma na pandemia do Coronavírus**: Suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. 1. ed. Brasil: Civilização Brasileira, 2020. 166 p. ISBN 978-65-5802-007-3. E-book, p. 81 e p. 167.

COVID-19 Barometer: Consumer attitudes, media habits and expectations. Disponível em: <https://www.kantar.com/Inspiration/Coronavirus/COVID-19-Barometer-Consumer-attitudes-media-habits-and-expectations>. KANTAR, 2020. Acesso em: 22 de abr. 2020.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 99, pág. 209-224, ago. de 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200209&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 de mar. 2021.

Digital in 2018: The Americas. Regional digital trends report on North, Central and South America. Disponível em: <https://hootsuite.com/resources/digital-in-2018-americas>. HOOTSUITE, 2019. Acesso em: 21 de abr. 2020.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros**. 1. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARRARI, Yuval Noah. **Notas sobre a pandemia**: E breves lições para o mundo pós-coronavírus. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

GRAUGAARD, Christian. Sexuality as a health-promoting factor—theoretical and clinical considerations. *Nat Rev Urol*.14(10): p.577-578. 2017.

MOROMIZATO, Maíra Sandes et al. O Uso de Internet e Redes Sociais e a Relação com Índícios de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 497-504, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022017000400497&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 7 de jul. 2020.

MOURA, Carla; MARTINI, Cornelia; BOTELHO, Felipe. Fatores de risco do vício em celular, internet e videogame. In: NABUCO, Cristiano; GÓES, Dora; LEMOS, Igor (Org.). **Como lidar com dependência tecnológica**. São Paulo: Hogrefe, 2020, cap. 5.

OPAS/OMS. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Brasília. Disponível em:https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 8 de jul. 2020.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017. 12 p. Rio de Janeiro: IBGE. 2018. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acesso em: 21 de abr. 2020

PRADO, Matheus. Busca por produtos eróticos dispara na quarentena e vendas crescem até 475%. São Paulo: CNN Brasil Business. 08 jun. 2020. Acesso em 24 de ago. 2020.

SENHORAS, Eloi Martins. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020. Disponível em: < <https://revista.ufr.br/boca/article/view/Covid-19Educacao>> Acesso em: 30 de mar. 2021

Dossiê:

TRANSDISCIPLINARIDADE EM PSICOLOGIA: AS PSICOLOGIAS E SEUS CONTEXTOS

Organizadores

**Augusto Cesar Soares da Cunha
Gênesis Guimarães Soares**

 EDITORA
PEIXE AZUL

www.editorapeixeazul.com

PSICOLOGIA E DIREITO SOBRE A ETIOLOGIA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

DOI: [10.5281/zenodo.5150463](https://doi.org/10.5281/zenodo.5150463)

Airlana Menezes Oliveira de Souza

Psicóloga clínica, com graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Tecnologia e Ciências UNIFTC conclusão 2020. Possui capacitação em Autismo pela Faveni. Possui capacitação em Psicoterapia pela Faveni. Possui capacitação em Transtorno do Desenvolvimento Global (TGD) pela Faveni. Pós-Graduanda em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI. Pós-Graduanda em Intervenção ABA para Autismo e Deficiência Intelectual Child Behavior Institute of Miami (CBI of Miami).

airlanamenezespsi@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-4005-6135>

Aimeé Ingrid Dantas Fernandes

Psicóloga clínica, com graduação em Bacharelada em Psicologia pelo Centro Universitário de Tecnologia e Ciências – UNIFTC com conclusão em 2020. Possui capacitação em Psicologia Hospitalar pela FAVENI e capacitação em Psicoterapia pela FAVENI. Pós Graduanda em Psicologia Hospitalar pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI e Pós Graduanda em Psicologia Humanista Existencial Fenomenologia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI.

aimeeingrid4@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-1748-8765>

Liliane Paes Cotrim

Graduada em psicologia pelo Centro Universitário De Tecnologia E Ciência - UNIFTC (2020). Pós graduanda em Psicologia Social pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI. Possui capacitação em Saúde Mental pelo Núcleo de Tecnologias e Educação a Distância em Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (NUTEDS/FAMED/UFC). lpaes2207@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-0407-0842>

Liana Ingrid Celino Cunha

Advogada, com graduação pela Universidade Tiradentes – UNIT. Especialista em Direito Civil pela PUC-MG. Pós-graduanda em Direito Contratual pelo Complexo de Ensino Renato Saraiva. Analista Judiciário na Procuradoria Geral do Município de Salvador. Membro da Comissão de Shopping Center do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário. Membro acadêmico-associado da Academia Brasileira de Direito Civil. liaracunha@liaracunha.com.br <https://orcid.org/0000-0001-7603-423X>

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está relacionado ao neurodesenvolvimento e gera alterações na linguagem e no comportamento do indivíduo, seus sintomas podem ser notados nos primeiros anos de vida e afetar a interação social e o aprendizado, por isso o presente artigo constitui-se de uma revisão de literatura narrativa que buscou investigar os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista relacionados a educação, estimar a efetividade do cumprimento desses direitos e pesquisar a importância do profissional da psicologia no processo de escolarização do aluno autista. Para esta pesquisa, foram consultadas as bases de dados: PEPSIC, SIELLO, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), além de livros e plataformas oficiais do governo brasileiro. O material foi analisado a partir das seguintes categorias: 1) Conhecendo o Autismo; 2) Mediação escolar e Acompanhamento terapêutico; 3) Escolarização de alunos com TEA; 4) O papel do Psicólogo com o TEA; 5) Direito e Autismo. Observou-se um quantitativo de leis suficientes para proteger os direitos do autista a educação, entretanto a pouca aplicação efetiva dessas, a dificuldade de acompanhamento do conteúdo e permanência no ensino e o papel facilitador o profissional de psicologia no processo de escolarização.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, psicologia, escola, direito.

RESUMEN

El Trastorno del Espectro Autista (TEA) está relacionado con el neurodesarrollo y genera cambios en el lenguaje y en la conducta del individuo, sus síntomas se pueden percibir en los primeros años de vida y afectan la interacción social y aprendida, por lo tanto, este artículo constituye - se A partir de una revisión de la literatura narrativa que busca investigar los lineamientos de las personas con Trastornos del Espectro Autista relacionados con la educación, estimar la efectividad del cumplimiento de los lineamientos e investigar la importancia de la psicología profesional en el proceso escolar del estudiante autista. Para esta investigación se consultaron las bases de datos: PEPSIC, SIELLO, Literatura Latinoamericana y Caribeña en Ciencias de la Salud (LILACS), además de libros y plataformas oficiales del gobierno brasileño. O el material fue analizado de las siguientes categorías: 1) Conocimiento o Autismo; 2) Mediación escolar y acompañamiento terapéutico; 3) Escolarización de estudiantes con TEA; 4) El papel del psicólogo como TEA; 5) Ley y autismo. Observación de un número cuantitativo de leyes suficientes para salvaguardar los lineamientos del autismo en la educación, sin embargo, la poca aplicación efectiva posterior, la dificultad de seguimiento del contenido y permanencia no docente y el papel facilitador o profesional de la psicología en el proceso escolar.

Palabras clave: Trastorno del espectro autista, psicología, escuela, derecho.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por alterações qualitativas e quantitativas referentes à comunicação, interação social e o comportamento, desenhado em diferentes graus de severidade, sobretudo com uma grande variação, intensidade e forma de expressão sintomatológica (SCHWARTZMAN, 2011; RUTTER, 2011; APA, 2013). Presente desde o nascimento ou no primeiro ano de vida, recebeu diversas denominações ao longo dos anos, tais como Autismo Infantil Precoce, Autismo Infantil, Autismo, Criança Atípica, Psicose Infantil, Transtorno Global do Desenvolvimento (AUTISMO E REALIDADE, 2019).

Os sintomas costumam ser reconhecidos pelos cuidadores, pais e/ou médicos a partir do segundo ano de vida (12 a 24 meses), embora possam ser vistos antes dos 12 meses de idade. O TEA caracteriza-se por alterações nos primeiros meses de vida, com manifestações sutis, transformando em impactos variáveis no desenvolvimento humano nas áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação nos anos de vida subsequentes (MELLO, 2007, p. 16).

No que tange à inclusão de alunos com TEA nas redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral tem sido uma realidade (BRASIL, 2019). Com base no Censo Escolar de 2019, o percentual de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns no ensino fundamental aumentou entre os anos de 2015 e 2019. Dados compilados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no que tange ao Censo da Educação Básica Estadual de 2019, no estado da Bahia, o número de matrículas da educação especial chegou a 99.439 alunos, um aumento de 58,7% em reação a 2015. Constando o maior número de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, que concentra 45,9% das matrículas (INEP, 2020).

De acordo com a Lei 12.764/12 (BRASIL, 2012), que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, são assegurados o acesso à educação, tanto na educação básica quanto no ensino profissionalizante, devendo ser disponibilizada ao aluno com TEA a

presença de um profissional de apoio quando assim for necessário. Nesse sentido, vale destacar mais uma vez que a articulação entre a educação e a saúde é relevante para a formulação e a implementação de ações a serem disponibilizadas a esses alunos.

Segundo os escritos da resolução CNE/CEB nº 4/20092, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), para que ocorra o desenvolvimento das funções cognitivas de acordo com as necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades (BRASIL, 2009).

Segundo CAMARGO et al (2020) uma grande parte dos educadores não se sentem preparados para as demandas exigidas a partir da inclusão escolar, sendo assim acabam acreditando que esta inclusão seja apenas para alunos que não necessitam de uma adaptação escolar. Para tanto, alunos com TEA ao entrarem em processo de escolarização demandam diversas adaptações da escola para o seu método de ensino, para fim de garantir qualidade de ensino para ambos os alunos.

Para se garantir um bom desenvolvimento acadêmico do aluno dentro da inclusão escolar, faz-se necessário adaptações e acompanhamento adequado, sobretudo acompanhamento terapêutico e mediação escolar, respeitando assim os níveis de desenvolvimento de cada aluno no que se refere ao seu emocional, acadêmico e pessoal, possibilitando um melhor envolvimento dos alunos em suas atividades propostas durante o processo escolar (MOURA, NETO, 2012).

Para tanto, o presente artigo buscou investigar os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista relacionados à educação, bem como avaliar a efetividade do cumprimento desses direitos e pesquisar a importância do profissional da psicologia no processo de escolarização do aluno autista.

METODOLOGIA

O presente artigo é resultado de uma revisão narrativa da literatura. Esse modelo visa abordar um determinado assunto a partir da análise de conteúdos publicados on-line, em revistas e livros (GIL,2010).

A análise foi realizada a partir das seguintes questões: 1) a inserção de autistas no ambiente escolar, 2) os direitos do autista, 3) a importância da psicologia como facilitadora do processo de escolarização. Foram questões norteadoras deste estudo: Como se dá a inserção do aluno autista na escola? Quais são as leis que o protegem e lhe dão garantias e acesso ao ensino? Como a psicologia pode contribuir para o processo de escolarização do aluno autista?

Foram consideradas literaturas das áreas do Direito, da Educação e da Psicologia.

RESULTADOS

A partir do material coletado, contatou-se três fatores que se sobressaíram em relação a inserção de indivíduos com o Diagnóstico de Transtorno no Espectro autista no ambiente escolar: a) há uma variedade de leis que garantem o direito de acesso ao ensino regular e educação de autistas, b) há inúmeras falhas na efetividade dessas leis, destacando aqui a educação inclusiva, termo usado para se referir a educação voltada ao respeito e promoção de autonomia, das relações sociais e independência da pessoa autista, c) a carência de capacitações pedagógicas e a importância do profissional da psicologia no espaço escolar.

Observou-se que embora o número de matrícula tenha aumentado nos últimos anos, os níveis de evasão escolar de autistas e as dificuldades referentes a permanência no ambiente escolar e ao acompanhamento do conteúdo pedagógico ainda persistem, o que leva à um outro fator citado de forma recorrente em diversos estudos: a falta de capacitação e orientações de profissionais que atuam nesse campo de trabalho.

De acordo com as pesquisas realizadas, nota-se que ainda existe uma dificuldade por parte dos professores no que tange a escolarizar o aluno autista, muitos ainda não se sentem preparados aptos para realizar determinada função. Para tanto, a mediação escolar, juntamente com o acompanhamento terapêutico,

tem função importante durante o processo de escolarização do aluno que possui Transtorno do Espectro Autista, buscando mediar as relações interpessoais do aluno, bem como mediar suas atividades escolares.

DISCUSSÕES

CONHECENDO O AUTISMO

Ao escutar a palavra “autismo”, a primeira imagem que perpassa pela nossa cabeça é de um indivíduo “diferente” que vive à margem da sociedade, isolado e mergulhado em um mundo particular. Um conceito equivocado, uma vez que pessoas com esse transtorno possuem potencialidades e habilidades significativas. Compreender o autismo é estar disposto a colocar-se no lugar do outro, aceitando-os como são e aprendendo com eles.

Os primeiros relatos publicados acerca do autismo datam dos anos de 1943, sendo descrito pela primeira vez, pelo psiquiatra americano Leo Kanner, onde acreditou ser uma doença específica em 11 crianças, descrevendo como um conjunto de comportamentos, tais como isolamento extremo, tendência à mesmice, estereotípias e ecolalia. Constatando assim, uma síndrome da psiquiatria infantil, a priori denominada, de distúrbio austítico do contato afetivo. Esse conjunto de comportamentos tornou-se conhecido como a Síndrome do Autismo (CABALO, SIMÓN, 2005).

Um ano mais tarde, o médico austríaco, Hans Asperger, descrevera em seu artigo "Die Autistischen Psychopathen im Kindesalter" um grupo de quatro crianças com características muito semelhantes às descritas por Kanner, o qual nomeou de psicopatia autista, entretanto, no decurso dos anos, a síndrome levaria o seu próprio nome. Asperger trouxe à luz do conhecimento que as crianças apesar de terem preservadas a inteligência, bem como o desenvolvimento na linguagem, aparentavam sintomas de autismo e comprometimentos nas habilidades sociais (PERISSINOTO, 2003).

Os autores supracitados, discorreram o autismo como uma perturbação de natureza comportamental, evidenciando crianças com comportamentos atípicos, apresentando habilidades cognitivas irregulares, dificuldades na interação social, movimentos repetitivos e prejuízos qualitativos.

O conceito de autismo, por sua vez, modificou-se consideravelmente, ao longo dos mais de 70 anos, desde a publicação do trabalho de Leo Kanner e Hans Asperger. Como foi possível observar, o termo evoluiu do conceito de esquizofrenia infantil para o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Quanto à sua definição, o autismo é um transtorno complexo do desenvolvimento, sendo uma desordem neurofuncional que apresenta atrasos e comprometimentos no sujeito, as mais comuns são a deficiência de comunicação social, o impacto na interação interpessoal, e os padrões de interesse, bem como comportamento repetitivo (AUGUSTYN, 2018).

As mudanças no conceito de autismo também foram refletidas e apresentadas na quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (Associação Americana de Psiquiatria, APA, 2014), trazendo à luz de conhecimento o autismo como um espectro, denominando-o como Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa nova definição representa uma nova concepção do TEA, que deixa de ser compreendido como categorias (Transtorno Autista, Síndrome de Asperger, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação) e passa a ser entendido como manifestações de ampla variabilidade, tanto no grau de acometimento, quanto nos prejuízos que cada indivíduo apresenta em diversas áreas do desenvolvimento.

Atualmente, podemos definir o autismo, também chamado de Transtorno do Espectro Autista, como um transtorno complexo do desenvolvimento neurológico caracterizado por alterações qualitativas e quantitativas no que tange a comunicação, interação social e o comportamento, desenhado em diferentes graus de severidade, sobretudo com uma grande variação, intensidade e forma de expressão sintomatológica, que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, sobretudo prejuízo no desenvolvimento escolar (SCHWARTZMAN, 2011; APA, 2014).

Um dos principais tópicos de controvérsia em relação ao autismo é como o transtorno deve ser tratado. Como as causas do autismo ainda são desconhecidas, aumenta-se a incerteza do que fazer frente a este diagnóstico e torna-se um desafio escolher a abordagem mais adequada para a tratativa do indivíduo. Muitas são as hipóteses para as causas do autismo e diferentes aspectos são considerados, desde fatores genéticos, bioquímicos, anatômicos a

aspectos pré e pós-natais, além das interferências do meio. Entretanto, condições médicas como a Síndrome do X Frágil, Esclerose Tuberosa, foram também correlacionadas à ocorrência do autismo (MUHLER, TRENTACOSTE, RAPIN, 2014; BAIELI, PAVONE, MELI, FIUMARA, COLEMAN, 2003).

O diagnóstico é essencialmente clínico e multidisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas, como neuropediatria, fonoaudiologia, psicologia e psiquiatria, entre outras. Habitualmente, esse diagnóstico é feito a partir dos três anos, isso porque, como a maioria dos especialistas sugere, não é possível estabelecer o diagnóstico certo antes dessa faixa etária, uma vez que grande parte dos sintomas e sinais observados até os 24 meses está também presente em outras condições e se assemelha a comportamentos característicos do desenvolvimento típico. (BRUNONI, MERCADANTE, SCHWARTZMAN, 2014).

De acordo com o DSM-5 (APA, 2014), o diagnóstico do TEA é realizado a partir da identificação de déficits em dois aspectos principais: (A) prejuízos nas habilidades relacionadas à comunicação e interação social e (B) presença de padrões de comportamentos repetitivos e interesses restritos. No que se refere aos prejuízos nas habilidades de comunicação e interação social, o indivíduo deve necessariamente apresentar déficits na reciprocidade social-emocional (isto é, dificuldade em compartilhar e reconhecer sentimentos e pensamentos), déficits na comunicação não verbal (ausência ou baixa frequência de contato visual, expressões faciais, gestos, entonação da fala) e déficits nas habilidades de iniciar e manter interações sociais (manifestadas normalmente por um reduzido interesse em pessoas, rejeição pelo contato com os outros ou formas inadequadas – às vezes agressivas – de iniciar interações com pessoas).

Sobre os padrões de comportamento repetitivos e restritos, um diagnóstico de TEA requer que o indivíduo apresente pelo menos dois dos quatro sinais a seguir: movimentos repetitivos e estereotipados (como balançar as mãos, repetição de sons estranhos, de palavras ou até frases inteiras, mas fora de contexto), persistência em rotinas e/ou realizações de rituais (reagir de forma negativa e com intensidade atípica frente a mudanças, realizações de rituais para comer, sair de casa ou brincar), interesses restritos e com foco ou intensidade anormal (apego a um pedaço de pano ou parte de um brinquedo, preocupação excessiva em desmontar objetos, insistência em conversar sobre carros,

dinossauros ou algum outro tópico específico), e uma hiper ou hiporresponsividade a estímulos (resistência ao frio ou a dor, reações atípicas a alguns sons ou texturas, fascínio por luzes ou objetos que giram, entre outros) (APA, 2014).

Outrossim, cabe ressaltar que nenhum autista é igual ao outro, cada um possui particularidades. Sendo assim, devido à multidisciplinaridade de sintomas, o autismo pode se manifestar com vários graus de severidade, em qualquer família, independentemente da condição social, pode ser confundido com outros transtornos, cabendo assim, aos profissionais específicos o diagnóstico correto e precoce, a fim de que o tratamento do Transtorno do Espectro Autista seja mais eficaz (CABALLO, SIMÓN, 2005).

Intensas discussões acerca do autismo foram marcadas nas últimas décadas, desde fatores etiológicos até a escolarização da população, o que impulsionou a conscientização da sociedade acerca do assunto. Cabendo destacar que a incidência é maior no sexo masculino do que no sexo feminino, estima-se que, em todo mundo, uma em cada 160 crianças tenha TEA, o que leva a um cálculo de aproximadamente duas milhões de pessoas com autismo no Brasil (OPAS, 2017).

De acordo com NUNES E ARAUJO (2014) o autismo se tornou um dos transtornos mais comuns da atualidade, alguns estudos realizados indicam a incidência de uma pessoa a cada grupo de 330, no entanto não há uma cura para o autismo, os seus sintomas podem ser minimizados a partir de intervenções de caráter intensivo com duração média de 25-40 horas semanais, sugerindo assim que essas práticas interventivas ocorram desde a pré-escola, onde geram mais resultados do que quando praticadas em indivíduos já adultos.

MEDIAÇÃO ESCOLAR E ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

A escolarização de todos os alunos, atualmente, é uma política diretamente ligada à inclusão escolar onde se busca contribuir e normatizar as práticas inclusivas, envolvendo assim de modo geral o ensino regular e também a educação especial dentro do âmbito público e privado (LIMA, LAPLANE 2016).

Entretanto algumas questões se tornam importantes para esse processo de escolarização do aluno, sobretudo em alunos com TEA, bem como, não se refere somente ao direito dessas crianças frequentarem a escola comum, mas também a forma como os educadores fornecem uma educação adequada e atendendo as necessidades especiais, buscando assim garantir o progresso e a permanência dos alunos com TEA na escola, dessa forma o processo de escolarização desses alunos acabam se tornando um desafio para os professores (CAMARGO et al 2020).

Segundo VARGAS E RODRIGUES (2018) a inclusão escolar vem surgir como um desafio, exigindo das escolas revisarem suas estruturas e criar novas formas de ensinar, buscando pensar assim se, de fato, existe uma inclusão, onde só se é possível incluir de fato com a construção de uma escola de todos, onde não há seleção e vai muito além do que adaptações de espaços físicos, é necessário problematizar ideia daquilo que se produz relação de poder e subjetividade.

Alguns estudos apontam que uma grande maioria dos educadores não se sentem preparados para tais demandas exigidas a partir da inclusão escolar, onde para muitos ainda acreditam que a inclusão é apenas para aqueles alunos que não necessitam de uma reestruturação e adaptação da escola. Entretanto, devidos às características peculiares em alunos com TEA, o processo de escolarização vai requerer adaptações em seus métodos de ensino garantindo assim uma melhor qualidade de ensino para esses alunos (CAMARGO et al 2020).

Após o processo de inclusão escolar surgiram algumas situações dentro das escolas na qual se faz a necessidade de um mediador escolar, como: classes repletas, professores sobrecarregados, singularidades e também a necessidade educacional especial. Tais fatores propiciam o surgimento de uma mediação escolar, método este que foi inspirado em experiências estrangeiras (VARGAS, RODRIGUES, 2018).

Classes repletas, formação deficitária, professores sobrecarregados, processos de aprendizagem diferenciados, singularidades, necessidades educacionais especiais, além de responsáveis, educadores e profissionais da saúde preocupados em construir maneiras de atender satisfatoriamente no

processo de ensino-aprendizagem de todos os alunos. Esses elementos propiciaram o surgimento da mediação escolar no Brasil, que fora espontâneo e inspirado em experiências estrangeiras, mas sem manter um registro sistemático (VARGAS, RODRIGUES, 2018).

No que diz respeito à inclusão escolar e a mediação escolar, o mediador terá por papel acompanhar o estudante durante o seu período letivo, buscando assim mediar a sua relação com os professores, com os colegas e também durante as atividades escolares. O mediador então ajudará a criança em situações que serão vivenciadas pela mesma facilitando o seu processo de aprendizagem, buscando maneiras de sanar as suas dificuldades, desenvolvendo e adaptando para melhor entendimento da criança (MOURA, NETO, 2012).

O mediador escolar trabalhará em parceria com o professor e a escola, deixando assim cada função delimitada e auxiliando um ao outro quando necessário. Segundo MOUSINHO et al (2010) esta parceria entre os mediadores e a escola permite e favorece estabelecer metas realistas referindo-se ao desenvolvimento e também possibilitando avaliar a criança de acordo as suas próprias conquistas, sendo assim o mediador deve ser encarado como o profissional que também auxilia no papel de inclusão do aluno, mas não como o professor da criança, visto que o professor regente possui a sua função durante a educação da criança.

É necessário ressaltar as diferenças entre o mediador escolar e o professor regente, levando em consideração que ambos são profissionais essenciais para o processo de aprendizagem e inclusão. O professor regente então é o responsável pela formação e aprendizagem de toda a turma, já o mediador escolar será responsável pelo aprendizado e desenvolvimento do aluno que possua alguma necessidade especial, como o caso dos alunos com TEA, prestando atendimento educacional e prestando auxílio e mediação, ajudando o professor regente e a equipe escolar no trabalho com estes alunos (VARGAS, RODRIGUES, 2018).

Segundo Mousinho et al (2010) o mediador não deve se restringir somente à sala de aula e ao aluno no qual ele acompanha, mas o mediador deve prestar o apoio necessário em diferentes situações, ambientes e contextos escolares, seja então em atividades na sala de aula, no intervalo, na equipe escolar e alguns

casos até mesmo em relação à criança e seus pares, buscando formas de possibilitar possíveis amizades de acordo com o interesse de cada criança.

Para VARGAS E RODRIGUES (2018), a mediação escolar se encontra com similares ao dispositivo da psicologia criando assim novos modos de atuação: o acompanhamento terapêutico. Caracterizado como um dispositivo no campo da saúde mental. É uma prática heterogênea que pode ser guiada por diferentes bases teóricas, pode ser realizada em diversos contextos diferentes e indicada para pessoas de diversas faixas etárias. No entanto, faz-se necessário dentro da escola em alunos que possuem alguma necessidade especial.

A filosofia da inclusão exige da escola uma atenção ao aluno, buscando respeitar os seus níveis de desenvolvimento, relacionado ao acadêmico, socioemocional e pessoal, de forma que buscará lhe proporcionar uma educação de qualidade e buscando maximizar o seu potencial. Para tanto, há importância de profissionais essenciais e qualificados para que se possam proporcionar um ensino e desenvolvimento de qualidade (MOURA, NETO, 2012).

ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM TEA

Iniciaremos essa discussão destacando a escola como instituição. Apesar de compreender que as estruturas físicas de um ambiente são também essenciais para a democratização e inclusão de pessoas com deficiência, atentamo-nos aqui a escola como instituição, um “(...) *complexo integrado por ideias, padrões de comportamento, relações inter-humanas*” (DICIONÁRIOS MICHAELIS; 1998 apud VERONESE; 2008, p. 103). Como campo de inter-relações, uma instituição compõe-se de um instituir, “criar, estabelecer, fundar (...) Modo ou método; (...) Maneira de proceder” (DICIONÁRIOS MICHAELIS; 1998 apud VERONESE; 2008, p. 103). Partindo desse princípio, como instituir um modelo e educação onde as relações sejam inclusivas?

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Educação inclusiva é o meio pelo qual pessoas com deficiência ingressam em instituições regulares de ensino no país, essa educação é garantida através da Política Nacional da Educação desde a educação infantil até o ensino superior/profissionalizante (ROSA, MATSUKURAB, SQUASSONIC;

2019), no entanto, um estudo realizado por GOMES, MENDES (2010) aponta algumas das dificuldades enfrentadas por alunos com TEA, entre essas está a de acompanhar a dinâmica do ensino, em especial durante o período do ensino fundamental, devido ao formato de aplicação dos métodos pedagógicos, levando a estarem em séries que não sejam aquelas esperadas para a idade.

O estudo realizado em 14 estados brasileiros e que contou com a participação de 67 cuidadores de adultos que possuíam o diagnóstico de TEA possibilitou a expressão de percepções e vivências de tais pessoas em relação à escolarização de alunos autistas. Entre as dificuldades mais destacadas estava a qualidade do ensino, deixando em evidência a dificuldade persistente na prática daquilo que, em teoria, é o recomendado e exigido, a educação inclusiva voltada a autonomia e ao estímulo de habilidades (ROSA, MATSUKURAB, SQUASSONIC; 2019).

Entre as vantagens observadas pelo pais/cuidadores sobre a inclusão de seus familiares, o caráter social foi destaque. A socialização que está envolta a processos de subjetivação e interiorização de saberes, promove a construção de um ser social que é agente modificador de seu meio, possibilitando o crescimento de repertórios comportamentais e competências (BERGER, LUCKMANN; 1966), o que converge com o propósito das diretrizes educacionais e das cartilhas divulgadas pelo Ministério da saúde em 2013, uma denominada “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)” e a segunda, intitulada “Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde”. As cartilhas conversam em seus princípios ao considerar a promoção da autonomia, da independência, do respeito e preparo para o mercado de trabalho.

Outro destaque muito presente na escolarização de pessoas com a TEA é o alto índice de evasão escolar, mesmo que incluso na rede regular de ensino, isso não garante a sua permanência, seja pelas dificuldades já mencionadas como o despreparo na implementação de metodologias dentro das instituições ou outras dificuldades como a falta de estrutura e as lacunas no diálogo entre escola e família (LIMA, LAPLANE, 2016).

Em uma revisão acerca da evolução de indivíduos autistas, constatou-se ainda uma alta taxa de dependência em detrimento da autonomia em autistas adultos, o estudo reafirma também a existência da alta taxa de evasão escolar e acrescenta a dificuldade que autistas possuem em entrar no mercado de trabalho (LEVY, PERRY; 2011 apud ROSA, MATSUKURAB, SQUASSONIC; 2019).

Embora tenha reduzido nos últimos anos, a discriminação de autistas em instituições de ensino ainda ocorre, indo desde a procura por uma vaga até as relações estabelecidas na sala de aula, exprimindo a deficiência de capacitação para profissionais que atuam nesse campo e também a carência na execução de estratégias para o acolhimento efetivo (MINATEL, MATSUKURA; 2015).

ROSA, MATSUKURAB, SQUASSONIC; (2019), apontam que cuidadores/pais dão maior ênfase a dificuldades individuais e específicas dos autistas, deixando isento o sistema educacional, no entanto, em suas perspectivas para o futuro da educação para autistas são citadas a participação ativa e a cooresponsabilização.

O trabalho interdisciplinar é fator indispensável para a concretização da educação inclusiva, desde os direitos até os deveres da escola e da família, pois embora as políticas apresentem grande favorecimento à inclusão dos autistas, nota-se uma limitada participação dos alunos que possuem o diagnóstico de TEA na aprendizagem de conteúdo e na socialização com outros alunos, questão que foi também levantada por Gomes; Mendes (2010) em seus estudos na rede Municipal de ensino de Belo Horizonte.

O PAPEL DO PSICÓLOGO COM O TEA

Os transtornos do desenvolvimento são extenuantes, exigindo dedicação quase que em tempo integral de familiares, bem como dos demais envolvidos no contexto. A complexidade de que se trata o Transtorno do Espectro Autista, sobreleva a necessidade da multidisciplinaridade dos profissionais envolvidos nesse processo, sobretudo a atuação do psicólogo, sobrepondo intervenções que objetifiquem mudanças adaptáveis para com o desenvolvimento do sujeito.

O Psicólogo, sendo um conhecedor do desenvolvimento humano, precisa apresentar condições para identificar atrasos e comprometimentos pelo

transtorno. Considerando os relatos dos que estão envolvidos no contexto, para que saiba utilizar propostas terapêuticas que beneficiem o indivíduo com TEA. Para tanto, o profissional de psicologia, no seu campo de atuação, desenvolve funções, como: investigador e pesquisador, em uma equipe diagnóstica e de avaliação; psicoterapeuta, em uma abordagem individual; psicoterapeuta, em uma abordagem institucional; consultor institucional e orientador familiar (GAUDERER, 1997).

Segundo Schwartzman (1995), alguns tratamentos voltados para o autismo, tiveram como base perspectivas teóricas diferentes, tais como as terapias individual, psicanalítica, cognitiva, entre outras. Tratamentos esses que foram aplicados com objetivo de ajudar indivíduos com o TEA a adquirir habilidades e repertório funcional. Ponderando que muitos indivíduos com TEA podem emitir comportamentos-problema muito severos ao longo de suas vidas e que podem ter função comunicativa, isto é, solicitar a apresentação de algo agradável ou a retirada de algo aversivo demais, são propostas respostas comunicativas a serem estabelecidas e que guardem a mesma função do comportamento-problema.

As intervenções que ocorrem em longo prazo têm recebido atenção de políticas sociais, bem como trazendo a tona questões que envolvam a identificação e estimulação precoce, envolvendo a natureza e a intensidade dos tratamentos. Alguns objetivos são encontrados, dentre eles, intervenções voltadas para a avaliação de eficácia de tratamento farmacológico, como em casos de sintomas agressivos, agitação psicomotora, há também as intervenções diante do contexto institucional, onde há propostas de tratamento aos indivíduos que fazem parte da instituição (GUEDES, TADA, 2015).

Devido à singularidade e peculiaridade de cada caso, existe a possibilidade de um método trazer excelentes resultados a um indivíduo, porém, o mesmo ser ineficaz a outro. De acordo, Mello (2007), os tipos mais usuais de intervenção psicológica são:

O método TEACCH, de acordo com Mello (2016), o TEACCH utiliza uma avaliação chamada PEP-R (Perfil Psicoeducacional Revisado) para avaliar o sujeito, considerando as suas potencialidades e dificuldades, tornando possível um programa individualizado. O TEACCH se baseia na organização do ambiente

físico através de rotinas - organizadas em quadros, painéis ou agendas - e sistemas de trabalho, de forma a adaptar o ambiente para tornar mais fácil para o sujeito compreendê-lo, assim como compreender o que se espera dela. Através da organização do ambiente e das tarefas da criança, o TEACCH visa desenvolver a independência do indivíduo.

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA), constitui-se em um tratamento comportamental analítico do autismo, visando ensinar ao sujeito habilidades que ele não possui, através da introdução destas habilidades por etapas. Cada habilidade é ensinada, em geral, em esquema individual, inicialmente apresentando-a associada a uma indicação ou instrução. A resposta adequada do indivíduo tem como consequência a ocorrência de algo agradável para ele, reforçando positivamente. Respostas problemáticas, como negativas ou birras, não são, propositalmente, reforçadas. Em vez disso, os dados e fatos registrados são analisados em profundidade, com o objetivo de detectar quais são os eventos que funcionam como reforço ou recompensa para os comportamentos negativos, desencadeando-os. A repetição é um ponto importante neste tipo de abordagem, assim como o registro exaustivo de todas as tentativas e seus resultados.

O PECS, desenvolvido para ajudar pessoas com autismo e com outros distúrbios de desenvolvimento a adquirir habilidades de comunicação. O sistema é utilizado primeiramente com indivíduos que não se comunicam ou que possuem comunicação, mas a utilizam com baixa eficiência. O nome PECS significa “sistema de comunicação através da troca de figuras”, e sua implementação consiste, basicamente, na aplicação de uma sequência de seis passos. O PECS visa ajudar ao sujeito a perceber que através da comunicação ele pode conseguir muito mais rapidamente as coisas que deseja, estimulando-a assim a comunicar-se, e muito provavelmente a diminuir drasticamente problemas de conduta.

A atuação do Psicólogo, assim como os meios de tratamento, para com pessoas com o Transtorno do Espectro Autista, está além dos métodos supracitados, uma vez que existem outras formas de tratamento, como psicoterapêuticos, fonoaudiológicos, equoterapia, musicoterapia, não tendo uma linha formal que os caracterize no tratamento do autismo, dependendo

diretamente da visão, dos objetivos e do bom senso de cada profissional que os aplica.

DIREITO E AUTISMO

No campo do direito, o autismo recebe uma ampla proteção, tendo em vista o extenso arcabouço normativo acerca do tema, tanto de forma genérica, ao cuidar do direito à educação e dos direitos da pessoa com deficiência de um modo geral, quanto específica, ao se voltar para a disciplina das especificidades que envolvem o universo da pessoa autista. Ocorre que, em que pese a extensa proteção conferida pela legislação em vigor, o problema que se apresenta é a falta de efetividade dessas normas, tendo em vista a ausência de aplicação no plano fático.

A falta de concretização dessas leis, fere de morte os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, garantidos constitucionalmente, perpetuando o recrudescimento da discriminação social já latente em sua face mais nefasta, fazendo com que as pessoas que necessitam da sua proteção permaneçam à margem da sociedade.

A proteção às pessoas autistas tem sua gênese no ápice da pirâmide normativa, onde se situa a Constituição Federal de 1988, que é dotada de inquestionável viés humanístico, tendo por escopo garantir a promoção da igualdade, da dignidade da pessoa humana e do acesso à educação em todos os seus níveis, independentemente da heterogeneidade inerente aos seus destinatários, o que resta clarividente em seus arts. 1º, III, art. 3º, IV, 5º, *caput*, 208, III, 227, além de outros que estão espalhados no decorrer do seu texto (BRASIL, 1988).

Ainda, no campo do direito constitucional, há que ser ressaltada a competência comum da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município para adotar medidas que assegurem o acesso à saúde e assistência pública, da proteção e da garantia das pessoas portadoras de deficiência, estatuída no art. 23, II, da Carta Magna, bem como a competência concorrente para legislar visando a proteção e a integração do portador de deficiência, conforme art. 24, XIV, do mesmo diploma. Portanto, todos os entes federativos têm o dever não só

de legislar acerca do tema, mas de executar políticas públicas satisfatórias e concretizadoras das disposições legais já existentes e que venham ser editadas (BRASIL, 1988).

Nessa esteira, existe uma gama de leis visando conferir maior concretude aos direitos constitucionalmente estabelecidos, tendo sido promulgadas mais recentemente a Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), bem como a 12.764/12, também conhecida como Lei Berenice Dias, lei esta que elenca os direitos do autista diante das singularidades que circundam este universo, merecendo destaque, também, a Lei 7.853/89 e o Decreto 3.298/99 já preexistentes no ordenamento jurídico e que já conferiam o direito à educação das pessoas com deficiência, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) que também já tratava do tema de maneira específica.

A Lei Berenice Dias visa assegurar, em seu art. 3º, IV, a, o acesso não só à educação, mas também ao ensino profissionalizante, além da presença de acompanhante especializado, nos casos em que comprovadamente essa necessidade se torne evidente. Tem por escopo, ainda, fazer recair sobre a comunidade a sua parcela de responsabilidade na concepção de políticas públicas (BRASIL, 2012).

A lei supramencionada estabelece, ainda, sanção econômica, em seu art. 7º, para o gestor escolar, ou autoridade competente, em caso de recusa de matrícula de aluno com TEA, podendo a reincidência em tal conduta levar até mesmo à perda do cargo, após regular processo administrativo (BRASIL, 2012).

Cite-se, ainda, a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico pátrio com a envergadura de emenda constitucional, por ter seguido o rito estatuído no art. 5º, § 3º, da CF, tendo sido ratificada através do Decreto Legislativo nº 186 de 9 de julho de 2008, promulgada pelo Decreto Presidencial nº 6949/2009. Referida Convenção é produto do esforço comum de diversos setores, dentre os quais organizações não-governamentais de pessoas com deficiência, contando, até então, com 162 ratificações (RIBEIRO, 2018).

O desconhecimento por parte dos pais e mães dos direitos que são assegurados aos seus filhos ou a falta de condição socioeconômica para recorrer ao Judiciário para ter o direito garantido contribui para a perpetuação da

inefetividade das leis, diante do seu descumprimento reiterado por parte do Estado e pela rede privada de ensino, com o conseqüente agravamento da exclusão escolar da pessoa com autismo (VAIANO, 2020).

Portanto, esse desconhecimento por parte dos interessados acerca dos seus direitos é nocivo pois tem como consequência a perpetuação da ineficiência do Estado na implementação de políticas públicas, afetando um direito fundamental tão caro que é o acesso à educação, sendo, em última análise, fundamental recorrer ao Judiciário diante da violação desse direito, pois como bem elucida MENDES E BRANCO (2014) os direitos sociais, dentre os quais figura o direito à educação tem são de vital importância no Brasil, sendo o Judiciário um aliado da população na luta pela concretização de tais direitos, tendo sido cada mais recorrente a judicialização dos direitos sociais.

É essencial, portanto, que o Poder Judiciário seja acionado quando o direito à educação for deliberadamente violado, devendo ser mitigada a separação dos poderes, tendo em conta a inércia da efetiva concretização de políticas públicas por parte do Poder Executivo, havendo incontáveis decisões judiciais nos tribunais pátrios no sentido de conferir a essas pessoas o direito não só de inclusão escolar, mas também de acompanhamento especializado, que não obstante lhes seja garantido pelo ordenamento jurídico, não raras vezes lhes são negados, conforme pode ser exemplificado através de decisão do Distrito Federal:

APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ALUNO PORTADOR DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. NECESSIDADE DE MONITOR EDUCACIONAL. DEVER DO ESTADO. SENTENÇA MANTIDA. 1. É dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. 2. Conforme estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é direito do aluno portador de necessidade especial a inclusão nas classes comuns de ensino regular com acompanhamento especializado por monitor. 3. Constatado que o aluno detém necessidades especiais e, com prescrição comprovada, necessidade de acompanhamento, deve ser disponibilizado monitor educacional de forma a garantir seu pleno desenvolvimento na vida escolar. 4. Apelação e Reexame Necessário conhecidos, mas não providos. (TJ-DF, 2020, on-line)

No que diz respeito às instituições de ensino particulares já houve pronunciamento do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade da Lei 13.146/15, ou seja, a referida lei, segundo a Suprema Corte, está com perfeita consonância com a Constituição Federal e todos os valores assegurados, devendo as escolas privadas arcarem com o ônus financeiro decorrente da inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, acompanhada das devidas adaptações, sem que seja cobrado nenhum valor a esse título nas mensalidades, anuidades e matrículas, como restou decidido na ADI 5357/DF.

Ressalte-se que embora a Constituição confira à iniciativa privada a prerrogativa de atuar no serviço de educação, essa atuação não é ilimitada, estabelecendo a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) as condições para tanto, dentre elas, a “autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (BRASIL, 1996, Art. 7, inciso II).

De outra banda, a morosidade do Poder Judiciário em conceder uma medida judicial efetiva e com a rapidez que se espera, pode também acabar por gerar uma prestação jurisdicional tardia e que, por isso, deixe de atingir seu objetivo maior (SILVA, 2017).

Resta, assim, clarividente que atualmente existe uma distância abissal entre as normas que asseguram a proteção e inserção das pessoas com autismo na rede regular de ensino e a sua efetividade na prática, sendo imprescindível que a comunidade e todas as demais instâncias permaneçam vigilantes, caso contrário essa gama de leis não atingirá seu objetivo precípua, qual seja, o direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista – TEA causa impactos no desenvolvimento do indivíduo, bem como se torna necessários meios que possam ajudar no desenvolvimento e convívio social do mesmo. Embora as dificuldades sejam constantes, a luta pela educação inclusiva também se mantém firme. A participação da família, de um profissional da psicologia, de uma equipe pedagógica capacitada e um diálogo que esclareça e permita a execução dos direitos do autista, sua família e seus deveres são caminhos fundamentais e

básicos para que isso ocorra, a melhoria das relações entre as instituições sociais que compõem o sistema educacional é um pilar fundamental de construção desse modelo de educação.

Embora o processo de escolarização e inclusão escolar atualmente seja um direito de todo indivíduo, esse processo ainda requer muitas críticas, no que tange principalmente aos alunos com TEA, onde enfrentam diversos dilemas e dificuldades durante o seu processo de escolarização, haja vista que ocorre falta de recursos e preparação adequada dos profissionais para um melhor atendimento da demanda enfrentada, sobretudo em escolas públicas. É necessário que o aluno com TEA tenha o acompanhamento de profissionais qualificados e específicos para um melhor desenvolvimento escolar, bem como professores, mediadores, acompanhantes terapêuticos e psicólogos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (5 edicao)** Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013.

APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com autismo no ensino fundamental I. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 1, p. 45-58, jan. 2018.

AUGUSTYN, M. **Autism spectrum disorder: Terminology, epidemiology, and pathogenesis.** UpToDate. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/autism-spectrum-disorder-terminology-epiideology-and-pathogenesis>. Acesso em: 31. Mar. 2021.

Autismo e realidade. **O que é autismo.** Disponível em: <http://autismoerealidade.org/>. Acesso em: 31. Mar. 2021.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade:** 20.Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 28, p.47-53, mar. 2006.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 26. Mar. 2021.

_____. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3 do art. 98 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em: 26. Mar. 2021.

_____. **Lei n. 13.146/15, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 26. Mar. 2021.

_____. **Lei 7.853/89, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 26. Mar. 2021.

_____. **Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 26. Mar. 2021.

_____. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 26. Mar. 2021.

_____. **Decreto Legislativo 186, de 09 de julho de 2008.**

Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acesso em: 26. Mar. 2021.

_____. **Decreto Presidencial nº 6949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. 26. Mar. 2021.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 26. Mar. 2021.

_____. **Supremo Tribunal Federal.** ADI nº 5.357/DF. Relator: Ministro Edson

Fachin. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=310709378&ext=.pdf>>.

Acesso em 24. Mar. 2021.

CABALLO, V. E.; SIMÓN, M.Á. **Manual de Psicologia Clínica Infantil y del Adolescente – Transtornos Específicos.** São Paulo: Livraria Santos, 2005

CAMARGO, Sígla Pimentel Hoher; SILVA, Gabrielle Lenz da; CRESPO, Renata Oliveira; OLIVEIRA, Calleb Rangel de; MAGALHÃES, Suellen Lessa. Desafios no Processo Escolarização de Crianças com Autismo no Contexto Inclusivo: Diretrizes Para Formação Continuada Na Perspectiva dos Professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, n. 214220, p. 1-20, fev. 2020.

DA SILVA, Alexandre José. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos; Rede Gaúcha Pró-Autismo. **Autismo, direito e cidadania: a trajetória social de familiares de pessoas com autismo.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

FALKMER, T. et al. **Diagnostic procedures in autism spectrum disorders: A systematic literature review.** *European Child and adolescent psychiatry.* V 22, N 6, P 329 – 340, 2013.

GAUDERER, C. **Autismo e Outros Atrasos do Desenvolvimento** – Guia Prático Para Pais e Profissionais. 2ª ed. revista e ampliada. Revinter, 1997.

GIL Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte.** Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 04 abr. 2021.

GUEDES, Nelzira Prestes da Silva; TADA, Iracema Neno Cecilio. A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Acre, v. 3, n. 31, p.303-309, jul. 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: **Censo da Educação Básica Estadual 2019** [recurso eletrônico]. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

LEBOYER, Marion. **Autismo infantil: fatos e modelos.** Campinas, SP: Papyrus. 2007.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; NUNES, Laísy de Lima; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. Transtorno do Espectro Autista e Interações Escolares: Sala de Aula e Pátio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 1, p. 69-84, mar. 2020.

LIMA, Stefanie Melo; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 2, p. 269-284, jun. 2016.

Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais DSM-5. American Psychiatric Association. Associação Brasileira de Psiquiatria: Artmed, 2014.

MELLO, A.M.S.R.D. **Autismo: Guia Prático.** 9º. Ed. São Paulo: AMA, 2016

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: Guia Prático.** 5 Ed. São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2007. 104p.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional.** 9. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2014.

MINATEL, Martha Moraes; MATSUKURA, Thelma Simões. **Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escola.** Disponível em < <https://doi.org/10.5902/1984686X14708> > Acesso em 04 Abr. 2021.

MOURA, S. M.; NETO, E. A. P. O papel do professor de apoio permanente para alunos com necessidades educativas especiais: reflexões sobre as políticas públicas e suas ações educativas nas salas de Ensino regular. In: **Semana da Educação**, 2012, Londrina. 2012.

MOUSINHO, R. et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo: Associação Brasileira de Psicopedagogia, v. 27, n. 82, 2010.

Nota Técnica nº 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE. 10 mai. 2013. Orientação à atuação dos Centros de AEE, na perspectiva da educação inclusiva. Disponível em:

<http://www.ppd.mppr.mp.br/arquivos/File/NOTATECNICAN055CentrosdeAEE.pdf>.

Acesso em: 31. Mar 2021.

NUNES, Débora R. P.; ARAUJO, Eliana Rodrigues. **Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção.** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, Rio Grande do Norte, v. 22, n. 84, p.2-18, ago. 2014.

PERISSINOTO, J. **Conhecimentos essenciais para atender bem as crianças com autismo.** São José dos Campos: Pulso, 2003.

Resolução Nº 4/2009. 02 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 2009, Seção 1. 3 p.

RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. **O itinerário legislativo do Estatuto da Pessoa com Deficiência**. In: PEREIRA, Fábio Queiroz; MORAIS, Luísa Cristina de Carvalho; LARA, Mariana Alves [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

ROSA, Fernanda Duarte; MATSUKURA, Thelma Simões; SQUASSONI, Carolina Elisabeth. **Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com TEA**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200302&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Abr. 2021.

RUTTER, M. L. Progress in understanding autism: 2007 – 2010. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 41, 395 – 404, 2011.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. **Transtornos do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.

SCHMIDT, Carlos. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. São Paulo: Papyrus, 2014.

TJ-DF 07091698020198070018 DF 0709169-80.2019.8.07.0018, Relator: ANA CANTARINO, Data de Julgamento: 08/07/2020, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 24/07/2020. **Jus Brasil**, 2020. Disponível em <<https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/882299707/7091698020198070018-df-0709169-8020198070018>>. Acesso em: 26. Mar. 2021.

VARGAS, Thamirys Bandoli Tavares; RODRIGUES, Maria Gorete Andrade. Mediação Escola: Sobre Habitar o Entre. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l], v. 23, n. 230084, p. 1-26, abr. 2018.

VERONESE, MV. Práticas institucionais. In RIVERO, NEE., org. **Psicologia social: estratégias, políticas e implicações**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 103- 110.

VAIANO, Pablo Mauad Fernandes. **Autismo e Direito: Dos Direitos e Garantias das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Edição do Kindle, 2020.

Dossiê:

TRANSDISCIPLINARIDADE EM PSICOLOGIA: AS PSICOLOGIAS E SEUS CONTEXTOS

Organizadores

**Augusto Cesar Soares da Cunha
Gênesis Guimarães Soares**



www.editorapeixeazul.com

PSICOTERAPIAS: TRILHAS DE PERCURSOS EM BUSCA DE MODELOS PARA A COMPREENSÃO

PSICOTERAPIAS: CAMINOS EN BUSCA DE MODELOS DE COMPRENSIÓN

DOI: [10.5281/zenodo.5147393](https://doi.org/10.5281/zenodo.5147393)

Augusto César Soares da Cunha

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Minas - UNIFAMINAS (2012), especialização em Gestão em Projetos Sociais pela Faculdade da Serra (2014), especialização em Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica pela Faculdade Futura (2019), especialização em Psicologia do Trânsito pela Faculdade Futura (2019), especialização em Psicologia Comportamental e Cognitiva pela FAVENI (2020), mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica - Universidade Federal de Viçosa. Atualmente é Diretor na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese Regional Muriaé e Professor no Centro Universitário UNIFACIG. Tem experiência na área de políticas públicas com ênfase na área social, atuando principalmente na Política de Assistência Social e na área Clínica com a Terapia Cognitivo Comportamental.

cesarsoares_1807@yahoo.com.br <https://orcid.org/0000-0001-9419-6718>

Gênesis Guimarães Soares

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sendo vinculado à linha de pesquisa: Política Pública Educacional. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNIFTC. Especialista em Análise do Comportamento pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Especialista em Atenção Psicossocial no SUS e SUAS pela Faculdade Sudoeste. genesis.soares@ftc.edu.br <https://orcid.org/0000-0002-4375-6065>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo central realizar uma breve problematização acerca de como a psicologia foi inicialmente pensada enquanto ciência e os caminhos que tem trilhado com o intuito de estabelecer novas matrizes filosóficas para a compreensão e explicação de fenômenos que circundam a existência humana. Para tal, iremos realizar uma contextualização que trará Theodor Gustav Fechner (1801-1887) e Wilhelm Wundt (1832-1920) enquanto grandes nomes no contexto de estabelecimento da psicologia. Por conseguinte, a diferenciação entre a análise e a psicoterapia, partindo da diferenciação e aproximação entre a psicanálise e psicologia. Por fim, apresentar de modo breve modelos psicoterápicos contemporâneos e que tem se difundido grandemente nas últimas décadas. Com isso, percebemos que apesar de distinções epistemológicas, as abordagens apresentadas apresentam características filosóficas distintas, mas que em sua prática se assemelham.

Palavras-Chave: Abordagens psicológicas; Modelos Psicoterápicos; Psicologia.

RESUMEN

El propósito central de este artículo es hacer una breve problematización sobre cómo se pensó inicialmente la psicología como ciencia y los caminos que ha tomado para establecer nuevas matrices filosóficas para la comprensión y explicación de los fenómenos que rodean la existencia humana. Para ello, realizaremos una contextualización que traerá a Theodor Gustav Fechner (1801-1887) y a Wilhelm Wundt (1832-1920) como grandes nombres en el contexto del establecimiento de la psicología. A continuación, la diferenciación entre análisis y psicoterapia, partiendo de la diferenciación y aproximación entre psicoanálisis y psicología. Por último, presentar brevemente los modelos psicoterapéuticos contemporáneos que se han difundido mucho en las últimas décadas. Con esto, nos damos cuenta de que a pesar de las distinciones epistemológicas, los enfoques presentados presentan características filosóficas distintas, pero que en su práctica son similares.

Palabras clave: Enfoques psicológicos; Modelos psicoterapéuticos; Psicología.

INTRODUÇÃO

Desde antes mesmo que a psicologia se consolidasse enquanto profissão, de modo formal, no Brasil e no exterior, já existiam diversas correntes filosóficas e experimentais que tinham como proposta o entendimento humano. Apesar de possuírem essa característica comum, as inúmeras correntes pensam o ser humano de modos distintos e possuem a sua filosofia voltada para um objeto que perpassa a existência humana.

No imaginário popular pode existir a ideia de que a psicologia é única em sua filosofia, todavia, pensando rapidamente podemos citar algumas poucas áreas que compõe a psicologia, apesar disso, muitas delas são independentes em sua origem e até mesmo em sua prática: Psicoterapia de Apoio, Psicoterapia Breve, Terapia de Grupo, de Família, de Casal, Psicanálise, Psicoterapia de Orientação Analítica, Terapia Cognitivo-Comportamental, Terapia Cognitiva, Terapia Comportamental, Psicoterapia Interpessoal, ou seja, são tantos os modelos psicoterápicos, todavia, quais são os fatores que os unem e que os diferem?

O presente estudo tem por objetivo realizar uma discussão a respeito de algumas das diversas abordagens clínicas existentes dentro da psicologia e destacando aproximações e distanciamentos, entretanto, não pretendemos dar conta de nos aprofundar e nem tampouco criticar a filosofia de nenhuma das correntes que serão apresentadas. Pretende-se traçar um breve histórico da consolidação da psicologia enquanto ciência, analisando as divergências entre os psicólogos e o surgimento das diversas abordagens psicoterápicas existentes atualmente.

A fundação da psicologia enquanto ciência e profissão se deu através dos estudos de Theodor Gustav Fechner (1801-1887) e Wilhelm Wundt (1832-1920). O psicofísico Fechner (1850) tentou compreender, através de experimentos, o universo mental e o material, dando início aos estudos científicos dos elementos ou processos mentais que mais tarde culminariam no surgimento de uma ciência psicológica. Seu trabalho ajudou a iniciar estudos quantitativos dos elementos mentais, mas quem trouxe à tona experimentos que constituíram a psicologia, foi

Wilhelm Wundt que entre os anos de 1900 a 1920 dedicou-se aos estudos da experiência mental consciente. Como a intenção de Wundt era fundar uma nova ciência, ele estabeleceu as metas, objeto de estudo, os métodos e os tópicos de pesquisa do que se tornaria posteriormente a psicologia (SCHULTZ; SCHULTZ, 2007).

A teoria de Wundt trazia como sendo o objetivo da psicologia a análise dos componentes e elementos conscientes nos princípios que a constituem, compreendendo como estes são organizados, propondo princípios e leis para os processos psicológicos. Ele trabalhava baseado na ideia de que a mente possui influência sobre os elementos mentais, resultando no conjunto de elementos que a constituem (SUNDFELD, 2000).

A visão de Wundt foi responsável, durante algum tempo, pela moldagem da psicologia. Contudo, não levou muito tempo para que surgissem outros estudiosos em psicologia com pensamentos divergentes, e estes discordavam da proposta de Wundt e apresentavam visões próprias. Cada uma das escolas de pensamento que surgiram após a fundação da psicologia, erguem-se em um certo movimento de contestação contra a anterior. Cada corrente criticava os pontos fracos observados na anterior oferecendo novas definições, conceitos e estratégias de pesquisa a fim de corrigir as falhas existentes consideradas por eles (SCHULTZ; SCHULTZ, 2007).

Wundt iniciou seus estudos em psicologia por volta de 1875, as escolas de psicologia posteriores, apesar das divergências básicas, compartilharam de sua herança acadêmica. Todavia, em paralelo ao surgimento das escolas de pensamento da psicologia, em 1895, Sigmund Freud (1856-1939) publica o primeiro livro que marca o início da psicanálise. Em contraponto à psicologia, surgiu dentro das tradições da medicina e da psiquiatria, optando pelo comportamento anormal como objeto de estudo, que até então era negligenciado pelas escolas psicológicas. Ela adota como métodos principais a associação livre, a observação clínica, e não a experimentação controlada em laboratório. E ainda trata do inconsciente, que era ignorado e rejeitado pelas escolas originárias da psicologia (SCHULTZ; SCHULTZ, 2007).

Cabe ressaltar que a psicanálise não foi, e não é, uma escola de pensamento da psicologia. A psicanálise desenvolveu-se às margens da psicologia acadêmica geral e assim permaneceu durante vários anos. Com o passar dos anos, a terminologia psicanalítica passou a ser suavemente incorporada por algumas

escolas da psicologia, tornando os conceitos de Freud parte da área em geral (SCHULTZ; SCHULTZ, 2007).

As diversas abordagens psicoterápicas surgiram das diversas escolas de pensamento da psicologia, mas e a psicanálise? Esse questionamento pode nos levar a diversos outros questionamentos, que talvez sejam rotineiros para aqueles que não possuem um conhecimento amplo acerca do que a psicanálise propõe e qual a sua relação com a psicologia.

Para refletir sobre estas questões iremos analisar mais detalhadamente, após esse breve esboço histórico do surgimento da psicologia e da psicanálise, as contribuições da psicanálise e das escolas da psicologia sobre as psicoterapias contemporâneas, buscando encontrar o entrelaçamento destas ciências nas abordagens apresentadas.

INÍCIO DO PERCURSO: ANÁLISE E PSICOTERAPIA

Desde a fundação da psicologia enquanto filosofia e ciência até os dias atuais não houve uma única escola capaz de unificar as diversas posições existentes neste campo, o que pode ter culminado na criação das diferentes abordagens psicoterápicas existentes na contemporaneidade (SCHULTZ; SCHULTZ, 2007). As psicoterapias distinguem-se quanto aos seus objetivos e fundamentos teóricos, também quanto à frequência das sessões, a duração, ao treinamento e experiência dos terapeutas e às condições pessoais que cada método exige de seus pacientes.

Contudo, apesar das divergências existentes entre os modelos de psicoterapias, as mesmas possuem aspectos que são comuns entre si. Todas devem acontecer em um contexto de confiança estabelecida através da relação empática entre o terapeuta e o paciente. A psicoterapia acontece em um ambiente terapêutico que proporciona uma confiança por parte do paciente e terapeuta (SCHULTZ; SCHULTZ, 2007).

Com base nestes aspectos básicos, foi estabelecido, consensualmente, um conceito de psicoterapia, em que esta é entendida como uma técnica de tratamento realizada por um profissional preparado utilizando-se de intervenções psicológicas ressaltando a comunicação verbal e a relação terapêutica. Este método é utilizado com o objetivo de alterar queixas relacionadas ao âmbito emocional, cognitivo e comportamental (CORDIOLI, 2008).

Frente à pluralidade das psicoterapias existentes, escolher a modalidade de terapia mais adequada para cada paciente nem sempre é tarefa fácil. A indicação de uma psicoterapia deve ser precedida de uma minuciosa avaliação de diversos aspectos, a fim de que a abordagem escolhida aumente as chances de adesão do paciente assim como de resposta ao tratamento. Apesar disso, cada abordagem irá dar conta do mesmo fenômeno de formas distintas, o que coloca todas elas em pauta para atuarem em toda e qualquer demanda que vier a surgir, independentemente de ter sido escolhida previamente pelo próprio paciente ou por terceiros.

Segundo Cordioli (2008), a entrevista é o principal recurso do terapeuta para avaliar o paciente, podendo ser complementada por outros instrumentos. Deve-se iniciar a avaliação do paciente pelos motivos que o levaram a buscar ajuda psicológica, avaliando se há algum transtorno mental, entre outras questões que possam ser relevantes para o andamento do processo. Cada psicoterapia apresenta objetivos e técnicas próprias, que exigem do paciente certo grau de consonância, de maneira que o mesmo precisa se dispor a investir seu tempo, suas emoções e valores monetários.

Não obstante, o terapeuta precisa seguir o princípio ético de indicar ao paciente o melhor método de tratamento, o mais eficaz e com o menor custo para seu caso. Considerando, também, que determinadas modalidades de psicoterapia podem ser ineficazes em certos pacientes, podendo até agravar seus sintomas. Também deve ser considerado o fato de que em algumas situações, o fato de o paciente ter sido encaminhado ou ter procurado tratamento não significa que ele realmente necessite, sendo a decisão mais lógica e honesta não indicar nenhum tratamento. (CORDIOLI, 2008).

Como mencionado anteriormente, a psicanálise, mesmo tendo objeto, método e atuação próprios, exerceu forte influência sobre a psicologia, e conseqüentemente sobre as psicoterapias. A teoria freudiana foi de grande importância para a consolidação da psicologia, visto que através dela que se voltou olhar para aspectos da subjetividade do sujeito, buscando estudos sobre o inconsciente.

Não obstante, os estudos de Freud sofreram grandes críticas, e foi pautado nestas que se fundaram outros modelos de terapias. Por se diferirem em alguns pontos da concepção freudiana da análise, as novas perspectivas apesar de

trazerem conceitos psicanalíticos em sua constituição, não podem ser classificadas como psicanálise.

Mezan (1988) questiona se a psicanálise é uma espécie do gênero psicoterapia, ou se inversamente, a psicoterapia é um gênero da psicanálise. Concluindo, por si mesmo, que se trata de duas abordagens heterogêneas, o que torna inviável estabelecer uma comparação com base em critérios uniformes. Para o autor, nem a psicanálise é uma forma de psicoterapia, nem tampouco a psicoterapia se equipara a uma forma de psicanálise, antes, seus objetivos, pressupostos e métodos de atuação divergem de tal forma que se torna impossível enquadrá-las em uma mesma categoria. Nas palavras de Mezan (1988, p. 25) “... esta posição especial da psicanálise a faz extravasar o gênero das psicoterapias e instalar-se num gênero próprio da qual é a única representante”.

Numa tentativa de diferenciá-las, Mezan (1988) pontua os seguintes aspectos: procedimentos empregados no tratamento, noção de realidade e término das sessões. Quanto aos procedimentos, vemos que nas psicoterapias a finalidade é produzir uma ativação das funções egóicas do paciente através dos recursos terapêuticos do tratamento. Para tanto, a psicoterapia valoriza a concentração seletiva, as associações do paciente são guiadas pelo terapeuta pautadas em um foco da problemática. O terapeuta exerce um papel ativo através de intervenções como perguntar, informar, explicar, recapitular, sugerir, dentre outras, e intervém no nível da realidade externa. A relação terapêutica ocorre entre duas pessoas reais, entre um paciente que tem sua participação constantemente solicitada e guiada, e um psicoterapeuta que se coloca como modelo egóico de identificação fornecendo complementariedade ao paciente. Restabelecidas as funções egóicas do paciente e este se encontrando em melhores condições de lidar com a realidade, o processo psicoterápico pode ser finalizado.

A psicanálise, inversamente, submete o paciente apenas à regra da livre-associação, recusando-se a assumir um papel ativo no processo analítico. O procedimento técnico utilizado pela psicanálise é a interpretação, por ela o analista coloca em evidência as significações inconscientes que emergem da associação-livre proporcionando o surgimento do insight, ou seja, da capacidade do paciente adquirir conhecimento sobre seu próprio inconsciente (MEZAN, 1988).

A interpretação se associa à abstinência da ação e da sugestão. A abstinência consiste em se limitar a interpretar a fala do paciente sem impor e expor

suas próprias opiniões, colocando a realidade externa à situação analítica entre parênteses, “a abstinência é abstinência de referir-se à ou de intervir na realidade externa concentrando-se a atenção do psicanalista na interpretação do mundo interno” (MEZAN, 1988, p. 30).

Além dos aspectos supracitados, como o papel do terapeuta e as formas de intervenção, que se diferenciam entre as psicoterapias e a psicanálise. Outro ponto de oposição mencionado por Mezan (1988) consiste na concepção de mundo interno. Para o psicanalista o mundo interno é constituído em torno do Complexo de Édipo e para o psicoterapeuta não. A psicoterapia defende a ultrapassagem dos limites do mundo interno, por isso intervém a nível do mundo externo, ao passo que a psicanálise não opera nem na realidade exterior nem no interior, mas sim no fruto da junção de ambas, tendo como cerne de sua prática e teoria o Complexo de Édipo. Os efeitos da análise no mundo externo são indiretos, diferentemente da psicoterapia, este não é o foco do processo analítico e sim uma consequência dele.

Mezan (1988, p. 40) defende que “a demanda do paciente é a mesma, seja ela formulada ao psicanalista ou ao psicoterapeuta”, o paciente deseja curar-se, ficar bom, viver melhor, sofrer menos e compreender-se. Desta demanda surge, mais uma vez, uma diferença entre a psicanálise e demais psicoterapias.

Na psicoterapia, como mencionado anteriormente, o quadro de melhora vem substituir uma situação em que as funções egóicas do paciente estavam debilitadas. Uma vez superado, as sessões psicoterápicas podem ser interrompidas sem que haja o risco de o paciente retornar à situação anterior. Esse processo só ocorre porque de certa forma o terapeuta “empresta” seu ego ao paciente, uma vez que pode se colocar como modelo, para o paciente. Por outro lado, o psicanalista não pode se oferecer como uma imagem de inconsciente psicanalisado, primeiro porque ele não pode impor sua visão de mundo ao paciente. Segundo porque, seu lugar está vazio, ele não desempenha um papel ativo na análise, logo, todo o reconhecimento recai sobre a obra do próprio paciente. Por último, porém não menos importante, o processo analítico é, em sua essência, pode ser um processo interminável, o que implica que talvez nem o próprio analista encontra-se “curado”, e, portanto, não pode servir como modelo (MEZAN, 1988).

Em oposição à psicoterapia, a psicanálise não tem a cura como finalidade, contudo, apesar de suas divergências quanto ao método e teorias, o resultado de ambas é similar, ou pelo menos, “o modelo ideal de um indivíduo plenamente

analisado não diferiria significativamente do modelo ideal do indivíduo plenamente psicoterapizado” (MEZAN, 1988, p. 36).

OUTROS CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO EM PSICOLOGIA

Estabelecidos alguns pontos de distinção entre a análise e a psicoterapia, é possível citar alguns modelos psicoterápicos que sofreram influências da psicologia e da psicanálise. Para fins deste trabalho selecionamos alguns modelos psicoterápicos, a exemplo da Terapia Cognitiva, a Psicoterapia de Apoio, a Gestalt Terapia e a Psicoterapia de Orientação Analítica.

A Terapia Cognitiva foi desenvolvida na década de 60 por Aaron T. Beck, que inicialmente trabalhava pautado na perspectiva psicanalítica, mas que mediante as dificuldades apresentadas durante o tratamento da depressão e da ansiedade buscou uma alternativa de tratamento através de uma psicoterapia breve e estruturada que enfatizava os pensamentos e sua influência sobre as emoções e os comportamentos.

Este modelo psicoterápico considera que a emoção e o comportamento são influenciados pela forma como o indivíduo interpreta os acontecimentos. A terapia cognitiva possui dois conceitos principais, sendo eles, as crenças (intermediárias e centrais) e os pensamentos automáticos. As crenças são desenvolvidas ao longo da vida, as pessoas tendem a desenvolver conceitos sobre si mesmas e sobre o mundo acreditando e vivendo pautado nestas crenças, consideradas por elas como verdades absolutas. Os pensamentos automáticos caracterizam-se como sendo um conjunto de pensamentos que vem à tona sem que o paciente deseje. O objetivo da terapia é promover a correção das distorções das crenças e pensamentos a fim de eliminar os sintomas (BECK, 1997).

A terapia cognitiva possui como princípios básicos: o estabelecimento de uma aliança terapêutica, o terapeuta cognitivo deve ser participativo e colaborativo. O modelo terapêutico orienta-se com base nas metas estabelecidas, procura enfatizar aspectos vivenciados atualmente, possui um tempo limitado, sessões estruturadas, procuram ensinar ao paciente a ser seu próprio terapeuta, capaz de reconhecer seus pensamentos e crenças disfuncionais (BECK, 1997).

Já um outro modelo, que é a Psicoterapia de Apoio, caracteriza-se por ser uma terapia menos ambiciosa e menos provocadora de ansiedade, fundamenta-se

nas teorias psicanalistas da personalidade. Tem como principal objetivo a redução ou eliminação dos sintomas, melhora da autoestima e a capacidade de lidar com estresses, reduzindo possíveis distorções e déficits no funcionamento do ego (CORDIOLI, 2008).

Esta abordagem psicoterápica possui como base o estabelecimento de um vínculo terapêutico que possa acolher o paciente, acalmá-lo e posteriormente orientá-lo, desta forma, o paciente vai identificar o terapeuta como sendo um objeto bom deixando de lado o objeto perseguidor, que pode estar sendo o causador de sintomas ou a origem da queixa. No entanto, para que o terapeuta não se torne apenas uma tela de projeção é importante que ele adquira uma postura de tranquilizador diretivo, ou seja, ele deve ser mais ativo durante o processo terapêutico (FIORINI, 2004).

Nas sessões que podem ser de longo ou curto prazo é fundamental que haja um suporte para o paciente, empatia, e interesse sobre questões que estão sendo levantadas evitando assim as críticas. Segundo Fiorini (2004), nas separações e intervalos de alta, é importante que o terapeuta não permita que o paciente entenda esta situação como sendo de abandono, já que é uma condição para que haja uma eficácia no tratamento o estabelecimento de um vínculo terapêutico que permaneça persistente levando em consideração o interesse do paciente.

Em contrapartida, a Gestalt-Terapia tem como o seu principal fundador Frederic Saloman Perls. Ela se originou em oposição à Psicanálise que era muito voltada para o passado e muito interpretativo, e assim Perls propunha uma terapia centrada no aqui – agora, ele não negava que a experiência passada poderia ter alguma influência na percepção e no comportamento, contudo, mas não atribuía tanta importância. Sendo assim, se a pessoa tem o presente, ela tem tudo que necessita para compreender e experimentar a realidade como um todo (RIBEIRO, 1994).

A Gestalt-Terapia é uma psicoterapia que se baseou na união de várias áreas da psicologia, sua visão de homem e de mundo é fenomenológica, existencial e holística. Ela tem como foco levar as pessoas a restaurar o contato consigo, com os outros e com o mundo. Seu objetivo é alcançar o *self-suport* e a *awareness*. É uma psicoterapia que pode ser utilizada no atendimento individual, grupal, familiar, entre outros (RIBEIRO, 1994).

Laura Perls (1994 apud FREITAS, 2016, p. 97), “afirma que o gestalt-terapeuta não usa técnicas, ele usa a si mesmo na situação com toda a habilidade e experiência de vida acumulada e integrada.” O terapeuta gestáltico deve adotar uma postura holística e flexível, ele tem permissão para criar e não deve fazer uso mecânico de nenhuma técnica, a dimensão central do processo de cura pela Gestalt está no diálogo entre terapeuta e paciente.

Já a Psicoterapia de Orientação Analítica segue os mesmos princípios e técnicas adotadas pela psicanálise clássica, porém, de forma menos intensa, dando margem a um modelo de terapia com técnicas sugestivas, de interpretação, de orientação e pedagógicas, configurando-se como uma psicoterapia psicanalítica (KAPLAN; SADOCK, 1998).

O objetivo desta psicoterapia seria o alívio do sofrimento emocional do paciente, tendo como foco o sofrimento interno sobre o qual o paciente não tem controle. Estimular o insight assim como favorecer o vínculo terapêutico, analisando os processos transferenciais e contratransferências, é o principal modo pelo qual se provoca a mudança na psicoterapia de orientação analítica. Sua proposta tem um caráter mais focal, de apoio, e o terapeuta atua de forma mais diretiva estimulando novas formas de pensar na mente do paciente, através da destruição de mecanismos inadequados e substituição por outros mais adaptados e amadurecidos, com o intuito de que o paciente possa realizar posteriormente um trabalho “auto terapêutico” (DINIZ, 2008).

Por ser uma psicoterapia voltada para uma melhor instrumentalização do indivíduo a partir da reestruturação do eu, a psicoterapia de orientação analítica é eficaz em pacientes com perfil de vulnerabilidades egóicas, ou com desestruturação mental, e em situação de crise (KAPLAN; SADOCK, 1998).

Dito isso, o processo terapêutico, de uma forma geral, independentemente da abordagem terapêutica, tem como consequência um fortalecimento afetivo obtido através de componentes de alívio e gratificação. É neste fortalecimento que o paciente apoia e reforça sua motivação para continuar enfrentando a incerteza do desconhecido. De acordo com Fiorini (2004, p. 149) “um aspecto de gratificação emocional importante é aquele que se produz na experiência de ser compreendido pelo terapeuta”. Esta colocação deixa claro o quanto é enriquecedor, dentro do processo terapêutico, independente da abordagem teórica, o respeito e a receptividade do terapeuta.

Se observarmos cada modelo psicoterápico separadamente fica claro que em cada um deles, as técnicas utilizadas, o vínculo paciente-terapeuta, as intervenções do terapeuta são realizadas de forma diferenciada, contudo, possuem um objetivo convergente, que é trazer uma melhoria psíquica para o paciente “aliviando” sintomas e auxiliando o paciente para que este seja capaz de obter uma maior organização mental e viver com mais qualidade (FIORINI, 2004).

Para alcançar os objetivos supracitados o terapeuta pode lançar mão de estratégias ou intervenções que são de certa forma, utilizadas pela maioria das abordagens psicoterápicas. Alguns modelos interventivos são: a sugestão, interrogação, clarificação, retificação, interpretação dentre outras. As intervenções verbais auxiliam o paciente a se expressar, a delimitar e compreender seu discurso, suas motivações e até mesmo seus sintomas. É através deste entendimento que o terapeuta vai lançar mão de estratégias psicoterápicas próprias da sua abordagem (FIORINI, 2004).

CONSIDERAÇÕES

Mediante o presente estudo foi possível entender que desde a consolidação da psicologia enquanto ciência há uma divergência em termos de objeto de estudo. Paralelo à psicologia, surgiu a psicanálise que posteriormente a ela se associou. O surgimento da psicanálise veio corroborar para o aumento das divergências e diferenças entre as psicoterapias, uma vez que, ao mesmo tempo em que se manteve à margem da psicologia, não se enquadrando no conceito de psicoterapias e também não se constituindo numa escola de pensamento da psicologia.

Esta discrepância de ideias e essa gama de contribuições teóricas fizeram com que a psicologia criasse dentro de uma mesma ciência diversas formas de trabalho, o que culminou na diversidade psicoterápica existente atualmente, mas de uma forma geral as diversas linhas teóricas buscam, cada uma de acordo com o seu método de trabalho, sentido para o problema apresentado pelo paciente. Cada sujeito possui uma particularidade e uma forma de expressar seu sintoma e é isso que faz com que cada modelo psicoterápico se torne funcional dentro da psicologia.

Contudo, é importante que haja em cada uma das técnicas psicoterápicas uma delimitação de seus objetivos e um planejamento estratégico de seus instrumentos congruentes e eficazes, pois se não há uma definição estratégica clara,

os efeitos podem se tornar confusos, induzindo o paciente ao fracasso e a desistência que não seriam decorrentes de resistências do paciente (FIORINI, 2004).

No que diz respeito à efetividade destes tratamentos, apesar de no passado elas terem sido questionadas, na atualidade as psicoterapias já são aceitas como efetivas, é possível afirmar que em mais de um século de existência, a utilização do processo psicoterápico vem crescendo a cada ano e ganhando a confiança de pacientes e profissionais.

Sendo assim, uma vez que se adeque o perfil do paciente, sua demanda, com os objetivos e técnicas da psicoterapia, as mudanças, o alívio dos sintomas ocorrerem de forma eficaz, independente do modelo psicoterápico escolhido.

Como Mezan (1988) coloca, “a demanda do paciente é a mesma, seja ela formulada ao psicanalista ou ao psicoterapeuta” (p. 40), e quanto ao resultado “o modelo ideal de um indivíduo plenamente analisado não diferiria significativamente do modelo ideal do indivíduo plenamente psicoterapizado” (p. 36).

Assim sendo, percebemos que apesar de distinções epistemológicas, as abordagens apresentadas apresentam características filosóficas distintas, mas que em sua prática se assemelham em algum momento e só têm a contribuir para o tratamento do paciente, uma vez que o este não precisa se modificar para se enquadrar a um determinado modelo, já que existe uma multiplicidade de abordagens.

REFERÊNCIAS

BECK, J. S. **Terapia Cognitiva**: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CORDIOLI, A. V. (org.) **Psicoterapias**: abordagens atuais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DINIZ, D. Notas sobre a Psicanálise e as Psicoterapias de Orientação Analítica. 2008. Disponível em: <http://www.daniellediniz.psc.br/docs/Sobre%20a%20pratica%20da%20psicologia.pdf> Acesso em: 04 de julho 2018.

FREITAS, Julia Rezende Chaves Bittencourt de. A relação terapeuta-cliente na abordagem gestáltica. **IGT rede**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 85-104, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262016000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J. **Manual de Psiquiatria Clínica**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MEZAN, R. **A vingança da esfinge**: ensaios de psicanálise. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia**: refazendo um caminho. São Paulo: Summus, 1994.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. Tradução de Suely Sonoe Murai Cuccio. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

SUNDFELD, A. C. Abordagem Integrativa: Reterritorialização do Saber Clínico?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2000, vol. 16. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n3/4812.pdf> >. Acesso em: 25 de julho de 2020.

Dossiê:

TRANSDISCIPLINARIDADE EM PSICOLOGIA: AS PSICOLOGIAS E SEUS CONTEXTOS

Organizadores

**Augusto Cesar Soares da Cunha
Gênesis Guimarães Soares**



www.editorapeixeazul.com